

# Nasce a CUT

Embates na formação de uma central  
classista, independente e de luta



Havia décadas que os movimentos de trabalhadores da cidade e do campo no Brasil sonhavam com a criação de uma entidade única que os representasse. Foi no início da década de 1980 que essa antiga idéia se concretizou, fazendo nascer a Central Única dos Trabalhadores.

Este livro relata as disputas, os interesses, os embates ideológicos dentro do movimento sindical e o contexto do país no período em que se deu a criação da entidade. Uma obra que contribui com a preservação da memória de um dos momentos mais importantes na história dos trabalhadores brasileiros.

1911

...

...



# NASCE A CUT

Embates na formação de uma central classista, independente e de luta

1ª edição

São Paulo

**CUT**  
BRASIL  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

**nsa**  
GRÁFICA E EDITORA

2007

À exceção das fotografias, qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte

Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto, 575 – Brás – São Paulo – SP - 03041-000

Tel: (11) 2108-9247

cedoc@cut.org.br

www.cut.org.br

NSA Gráfica e Editora Ltda

Av. Atlântica, 883 - Bairro Valparaíso - Santo André - SP - 09060-001

Tel.: (11) 4426-2007

nsa@nsacomunicacao.com.br

www.nsacomunicacao.com.br

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C397n Central Única dos Trabalhadores.

Nasce a CUT: embates na formação de uma central classista, independente e de luta / Central Única dos Trabalhadores ; [coordenação de] Antonio José Marques. – São Paulo : CUT, 2007.

112 p. : il.

Inclui anexos.

ISBN 978-85-89210-14-0

1. Organização sindical – Brasil – história. 2. Movimentos sociais. 3. Movimento operário. 4. Movimento sindical. 5. Classe trabalhadora. 6. Sindicato. 7. Sindicalismo. 8. Central Única dos Trabalhadores – CUT Brasil. 9. Memória. 10. Documentação. I. Marques, Antonio José. II. Título.

CDU 331.105.44(81)(091)

CDD 331.880981

**Presidente**

Artur Henrique da Silva Santos

**Secretário-Geral**

Quintino Marques Severo

**Centro de Apoio Logístico**

**Coordenadora**

Cássia Gomes

**Centro de Documentação e Memória Sindical – Cedoc**

**Coordenador**

Antonio José Marques

**Técnicos**

Guido Gustavo Venturini Flud Alvarenga

Silvia Regina Linhares dos Santos

**Estagiários**

Anderson Pereira dos Santos

Douglas Samuel Fonseca

Tatiani Carmona Regos

Vanessa Ferreira da Silva

**Pesquisa e Texto**

Antonio José Marques

**Colaboração em Pesquisa**

Guido Gustavo Venturini Flud Alvarenga

Silvia Regina Linhares dos Santos

**Edição**

Luiz Henrique Gurgel

**Revisão**

Guilherme Salgado Rocha

**Projeto Gráfico e Diagramação**

NSA Comunicação

**Apoio**

AFL-CIO – American Federation of Labour – Congress of Industrial Organizations

**Agradecimentos**

Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem-Unesp  
Laércio Santos Miranda

Oboré Projetos Especiais em Comunicações e Artes

Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, Secretaria de Educação e Cultura, Serviço de Memória e Acervo

Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG)





# Sumário

Apresentação	9
Prefácio	11
Nota do Centro de Documentação e Memória Sindical	15
Introdução	19
Capítulo I O movimento sindical e a idéia de uma Conclat	23
Capítulo II Encontros que antecederam a Conclat	29
Capítulo III A Conclat: uma união frágil	47
Capítulo IV Dois rumos no movimento sindical	57
Capítulo V CUT a caminho: as greves de julho de 1983	69
Capítulo VI Nasce a CUT	77
Referências Bibliográficas	85
Anexos	89



## Apresentação

As lutas dos trabalhadores, lideradas pelas direções sindicais combativas, no final dos anos setenta, questionaram os limites de um modelo sindical corporativo estagnado no tempo, contrários às mudanças exigidas pelos trabalhadores naquele período.

As lutas dos trabalhadores contrários a esse modelo sindical deram origem à CUT. O compromisso histórico de lutar pela superação definitiva do modelo sindical oficial, corporativo e dependente do Estado, pela conquista da liberdade sindical e para consolidar um sindicalismo classista, de luta, de massas e organizado a partir da base, exigiu e continua a exigir a busca permanente da superação dos limites estabelecidos pela legislação.

Partindo da concepção de que nenhuma nação torna-se efetivamente democrática se não houver democracia nas relações de trabalho, a existência e toda a história de luta da CUT têm sido essenciais no processo de reflexão e ação.

Se para o homem da Grécia Antiga esquecer é a experiência mais dolorosa, para os sujeitos perder a memória é deixar de existir; o que demonstra a importância de conhecermos nosso passado, reconstruirmos nossa história sob a nossa ótica, com as opções que fizemos em determinados momentos e contexto histórico.

Este livro é uma contribuição ímpar no resgate da memória do movimento sindical, e particularmente do nascedouro da CUT. Certamente interessará a todos os que buscam e lutam por transformações na sociedade e em especial aqueles que partilham nosso projeto. Sua linguagem simples atinge esse objetivo. Preservar a memória e a nossa história, além de direito, deve constituir-se tarefa prioritária e estratégica da classe trabalhadora.

**Artur Henrique da Silva Santos**

Presidente Nacional da CUT



## Prefácio

A história recente do Brasil, ainda não reproduzida nos livros didáticos, é extremamente rica para ficar restrita à memória daqueles que a escreveram, ou guardadas nos arquivos de uns poucos heróis que se empenham em preservá-la, como é a equipe do Centro de Documentação e Memória Sindical (Cedoc) da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Este livro resgata momentos históricos e decisivos para o processo de redemocratização do País, protagonizados por uma geração de trabalhadores: metalúrgicos, bancários, comerciários, químicos, servidores públicos, camponeses e tantas outras categorias que rapidamente se conscientizaram da necessidade de se unir e exigir seus direitos de cidadãos.

Estou falando de uma época em que os trabalhadores das fábricas mal sabiam o significado de palavras como *greve*, *mobilização*, *classe operária*, ou o que queriam dizer termos como *luta sindical*, *política sindical* e *luta de classe*. Durante muitos anos, a realidade que conheciam era aquela que a ditadura militar permitia que fosse divulgada. A maioria era convencida de que lutar por direitos era coisa de subversivos. Até a conquista de um título de campeão do time preferido ou da Seleção Brasileira de Futebol era tratada pela ditadura como se fosse um presente que os militares estavam dando aos brasileiros. Talvez como prêmio pela nossa *tolerância* diante de tanta exploração e falta de democracia a que estávamos submetidos.

O relato feito neste livro mostra como os trabalhadores resolveram virar o jogo, iniciando um processo de luta que levou à reorganização da classe trabalhadora e do movimento sindical brasileiro. Isso em plena vigência do regime de exceção. A divulgação do que ocorreu no País, entre os anos de 1964 e 1985, e das lutas que levaram à redemocratização do Brasil, é indispensável para a formação das novas gerações de trabalhadores. É preciso que todos saibam que muitos direitos assegurados hoje foram conquistadas alcançadas por lutas memoráveis, ainda não registradas pela história oficial e, portanto, fora dos currículos das escolas e universidades.

Ao ler suas páginas senti uma emoção muito forte, pois relembrei as articulações políticas, a disputa ideológica entre as diversas correntes sindicais, as negociações, a construção de consensos, os erros e os acertos praticados e todo o processo que levou à fundação da Central Única dos Trabalhadores. Foi uma empolgante viagem pela história das lutas da classe trabalhadora deste período, da qual eu, como tantos outros companheiros, tive o privilégio de participar. Das greves por aumentos de salário no fim da década de 70, que contribuíram para a conscientização dos diferentes atores sociais para a necessidade de se unirem e enfrentar a ditadura, até a greve geral de 1983, contra a mais sórdida política de arrocho salarial praticada por um governo.

Essa greve geral não apenas colocou o movimento sindical em um caminho sem volta, ao impor as condições políticas para que fundássemos a central, mas também contribuiu para que as lideranças sindicais dessem um salto para o futuro, ao perceberem que as lutas isoladas de suas categorias não eram suficientes para mudar coisa alguma. Descobriram que era preciso superar as práticas corporativas e apostar na organização da classe trabalhadora. Mais que isso. Era preciso acreditar que os problemas dos trabalhadores somente poderiam ser resolvidos com a transformação do Brasil em um país com igualdade de oportunidades para todos.

Não foi um aprendizado fácil. Levamos muito cassetete da polícia, que agia com ferocidade a cada mobilização. Muitos acabavam presos e não foram poucos os nossos mártires. Lembro com saudades de Chico Mendes, Nativo da Natividade, padre Josimo, da companheira Penha, Margarida Alves, e de tantos outros assassinados por terem ousado enfrentar as oligarquias latifundiárias, protegidas pelo descaso dos governantes e pela garantia da impunidade, assegurada por um sistema judiciário manipulado pelo poder dos opressores.

A construção da CUT se iniciou em 1978, ano em que os metalúrgicos da Saab Scania, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, deram o pontapé inicial no processo de reconstrução do movimento sindical, com uma greve que gerou forte movimento grevista que se espalhou por todo o País. Em outubro daquele ano, pela primeira vez um congresso de tra-

balhadores, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, hoje Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, propôs a criação da CUT. Nesse congresso eu era um militante anônimo dentro da ferramentaria da Ford em São Bernardo, e não tinha a mínima idéia da importância de uma central sindical.

Como para muitos, os acontecimentos daqueles anos transformaram minha vida, e em 1981 me tornei presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, após a cassação do companheiro Lula e sua diretoria. Tive a honra de participar da primeira Conclat – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – na qual foi decidido que, em outro congresso a ser realizado no ano seguinte, seria criada a CUT. Mas em 1982 a força dos pelegos de parte do movimento sindical e seus aliados impediu que se cumprisse tal decisão.

Depois da traição dos pelegos e de seus aliados, foi preciso muita luta para organizar os setores progressistas e combativos do movimento sindical. O esforço teve êxito. Em agosto de 1983, reunimos mais de 5 mil lideranças sindicais do campo e da cidade, e finalmente fundamos a Central Única dos Trabalhadores.

O congresso de fundação da CUT aconteceu no pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo. O que talvez tenha sido mais marcante para aqueles que lutaram pela criação da CUT naquele momento foi ter aprendido que os sonhos só se realizam quando enfrentamos o duro jogo da disputa política, mesmo a correlação de força ainda nos sendo desfavorável.

Se, para o movimento sindical brasileiro a fundação da CUT representou uma conquista, para os companheiros escolhidos a assumir a sua direção aquele momento foi o início de dura jornada, cujo desafio era fazer da instituição, que nascia sem o amparo legal, desafiando a classe dominante e o poder constituído, instrumento de luta e de representação real da classe trabalhadora.

Vivemos momentos difíceis, mas contamos com muitos sindicatos que souberam superar seus interesses corporativos e investiram na Central, e tivemos também com o apoio e a solidariedade do movimento sindical internacional. Nessa caminhada, acumulamos conquistas importantes,

como a jornada de 44 horas semanais assegurada na Constituição de 1988, a mobilização nacional pelas “Diretas já” e pelo impeachment de Collor, e tantas outras bandeiras que serviram para fazer da CUT uma das mais representativas centrais sindicais do mundo.

Após deixarmos a direção da CUT, outros companheiros, com a mesma garra e determinação, souberam elevar ainda mais o nome da nossa Central, mantendo-a à frente das reivindicações dos trabalhadores e aperfeiçoando sua estrutura organizativa.

A contribuição que este livro traz para as novas gerações de lideranças tem valor inestimável. É resgate fundamental para os atuais dirigentes, pois grande parte deles não vivenciou os fatos relatados no livro. Como estou certo de que, pelo menos nas próximas décadas, os conhecimentos contidos nesta publicação não farão parte das grades curriculares das aulas de história de nossas escolas, peço àqueles que tiveram a oportunidade de adquirir este livro que o preservem, para que nossos filhos e netos possam contar como a classe trabalhadora ajudou a escrever a verdadeira história deste País nas últimas décadas.

**Jair Antônio Meneguelli**



## Nota do Centro de Documentação e Memória Sindical

**E**ste livro tem como principais fontes de pesquisa parte do acervo documental preservado no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT. O Cedoc foi criado em 1999 com o objetivo de organizar e preservar a documentação mantida em arquivo pela Central. A partir dessa organização, uma de suas funções é disponibilizar os documentos que possuem valor histórico e cultural, colocando-os a serviço da pesquisa e da sociedade brasileira, particularmente de sua classe trabalhadora.

Esse acervo é constituído, entre outros, por conjuntos documentais produzidos por organismos do movimento sindical que antecederam a criação da CUT, e é bastante representativo do período. Entretanto, conjuntos de documentos, que se relacionam com os nossos, são mantidos em diferentes instituições de pesquisas, em outras entidades sindicais e centros populares de documentação. Alguns precisam ser recuperados, pois podem estar em depósitos sem nenhum tratamento ou sob a guarda de antigos dirigentes sindicais. Infelizmente, fato nada incomum na história dos movimentos sociais brasileiros, alguns se perderam irremediavelmente por causa da repressão policial em épocas passadas, e até mesmo em decorrência da falta de preocupação dos próprios trabalhadores com a sua memória social.

Conscientes, portanto, das limitações de nossas fontes de pesquisa, não pretendemos esgotar o levantamento documental e principalmente as interpretações e análises apresentadas. A história da formação da CUT e das organizações envolvidas naquele processo pode e deve ser sistematicamente pesquisada e escrita sob vários aspectos.

Também foi nosso desejo incentivar, com esta publicação, que as entidades operárias, rurais, sindicais e populares se dediquem à preservação da memória. Ainda há muito a contar da história dos trabalhadores brasileiros, mas para isso é preciso que os documentos de arquivos, periódicos,

panfletos, cartazes e outros materiais produzidos pelas organizações políticas, operárias, rurais, sindicais e populares sejam recuperados, organizados de acordo com metodologias apropriadas e colocados à disposição dos interessados. Não devemos esperar apenas os momentos comemorativos, como muitas vezes acontece, para recuperarmos nossas histórias e memórias. As lutas pela ampliação e manutenção de direitos econômicos e sociais, os embates com patrões e governos, as vitórias e derrotas nas greves e outras mobilizações, as disputas dentro do próprio movimento sindical, a vida dentro e fora do local de trabalho, a preservação da memória de antigos militantes, enfim, tudo é motivo para recuperação. Não esquecer é o que importa. O exercício da memória deve ser prática do dia-a-dia, compondo a cultura das entidades de trabalhadores. Ao exercitar a memória, ampliamos nossos conhecimentos históricos, tecemos laços de solidariedade e garantimos direitos coletivos e individuais. A memória é um direito.

Boa leitura.

**Antonio José Marques**  
Coordenador do Cedoc

## NASCE A CUT

Embates na formação de uma central classista, independente e de luta



## Introdução

O movimento operário e sindical brasileiro viveu momentos de intensas mobilizações de 1977 a 1983. Elas tiveram duas origens: a distensão política promovida pelos militares que estavam no poder desde o golpe de 31 de março de 1964, e a resistência dos setores oposicionistas democráticos e populares que, mesmo sob repressão, acumularam forças em entidades da sociedade civil, sindicatos e oposições sindicais, grupos de fábricas e na chamada ala progressista da Igreja Católica, que atuava nas cidades e no meio rural. Como os militares não conseguiam manter um ritmo de crescimento econômico acelerado, próximo ao nível alcançado no período conhecido como *milagre brasileiro*, de 1968 a 1973, por causa da crise mundial do petróleo, iniciaram um lento e gradual processo de abertura política. Implicitamente, o regime militar reconhecia que não havia derrotado totalmente as forças democráticas e populares, e por isso era preciso manter certo controle da situação política e social frente à nova conjuntura econômica, que se apresentava desfavorável. Os militares pressentiam que caso não iniciassem o processo de abertura política, as reivindicações sociais poderiam vir à tona por meio de manifestações populares massivas.

Devemos reconhecer, todavia, que naquele período as organizações sindicais e os movimentos sociais ainda estavam fragilizados em consequência da forte onda repressiva que se abateu sobre os trabalhadores nos anos seguintes ao golpe militar. Os sindicatos tinham sofrido grandes revezes a partir das intervenções dos militares em centenas deles, com cassações de dirigentes, principalmente nos primeiros anos da ditadura, de 1964 a 1969. Os interventores e dirigentes sindicais, sem compromissos com as questões sociais, transformaram os sindicatos em entidades quase exclusivamente assistenciais, paternalistas, organizações apenas homologatórias das vontades dos patrões e do governo. Os movimentos sociais tinham entidades pouco expressivas, restritas quase somente a entidades de bairros, que realizavam apenas mobilizações localizadas e

pontuais, como pedidos para a construção de escolas e creches, abertura de postos de saúde ou calçamento de ruas. Alguns movimentos eram dirigidos por setores da Igreja Católica e suas pastorais operárias e populares, principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). As organizações de esquerda viviam na clandestinidade, e algumas optaram pela luta armada como instrumento de combate à ditadura. Além disso, ainda vivíamos período de censura à imprensa e brutal repressão aos opositores do regime. Muitos militantes oposicionistas foram presos, mortos, desapareceram, passaram a viver na clandestinidade ou tiveram que buscar o exílio.

Com o início da abertura política houve pequena alteração nessa situação, mas os *excessos* praticados por militares identificados com a linha dura do regime, como os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, nas dependências do Exército, em São Paulo, em 1975, provocaram as reações mais organizadas de setores da sociedade contra o governo. A partir desses acontecimentos a sociedade civil reagiu fortemente e passou a lutar por liberdades democráticas. Os estudantes universitários retomaram as ruas nas grandes cidades, exigindo o fim da ditadura. Os movimentos sociais e populares pediam o fim da carestia, e o sindicalismo não comprometido com o regime reivindicava a reposição das perdas salariais, despertando os trabalhadores para as lutas sindicais, principalmente nas regiões mais industrializadas e grandes centros urbanos. As novas lideranças sindicais deram novo rumo ao sindicalismo brasileiro: contestaram os números da economia e reivindicaram reposições salariais; exigiram reforma agrária; pediram o retorno da democracia; tomaram posição em defesa de uma nova estrutura sindical; organizaram encontros intersindicais e fortaleceram as oposições combativas contra as diretorias sindicais pelegas.

Nesse período de transformações na vida política, econômica e social do país o movimento operário e sindical retornou abertamente à cena política brasileira. Entre as primeiras mobilizações dos trabalhadores pela reposição das perdas salariais, em 1977, e a organização e realização do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em agosto de 1983, aconteceram muitas reuniões e encontros, ocorreram várias

articulações e conchavos, ressurgiram forças políticas e outras foram constituídas, imprimindo nova dinâmica ao sindicalismo brasileiro. Esse processo é o tema do livro. Procuramos rastrear, a partir dos documentos preservados no Cedoc, as articulações, as idas e vindas que culminaram na Conferência, no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora e na formação da CUT, evidenciando os embates e as divergências de concepções políticas que marcaram e marcam o sindicalismo brasileiro.



# CONCLAT

## CONFERENCIA NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS

### debates preparatórios

# 16

#### CONCLAT E DESEMPREGO

**JORGE BITTAR:** Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro e membro da Comissão Nacional da CONCLAT

**ALBERTO GOLDMAN:** Deputado Federal pelo PMDB

**EDUARDO M. SUPLICY:** Deputado Estadual pelo PT e Jornalista na área Econômica

**HÉLIO DE MELO:** Presidente da União Nacional dos Servidores Públicos

**DIA**

**06/81 - 20 hs. - SINDICATO DOS JORNALISTAS RUA REGO FREITAS, N° 530**

# 23

#### CONCLAT E DEMOCRACIA

**HUGO PEREZ:** Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo e membro da Comissão Nacional da CONCLAT

**ARNALDO GONÇALVES:** Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e membro da Comissão Nacional da CONCLAT

**DANTE PELLACANI:** Ex-dirigente da Confederação Nacional da Indústria e ex-dirigente da C. G. T. - atual líder gráfico.

**LUIZ INÁCIO DA SILVA:(LULA)** Presidente cassado da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Presidente do PT e membro da Comissão Nacional da CONCLAT

**DIA**

**06/81 - 20 hs. - SINDICATO DOS JORNALISTAS RUA REGO FREITAS, N° 530**

**CONVOCAM AS SEGUINTE ENTIDADES:**

SINDICATO DOS ARQUITETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO-SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO-SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO-SINDICATO DOS ECONOMISTAS DE SÃO PAULO-SINDICATO DOS GEÓLOGOS DE SÃO PAULO-SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO-SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO-SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DE SÃO PAULO-ASSOCIAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO-ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO ESTADO DE SÃO PAULO-ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS E TÉCNICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO-ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS-SANTARISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO-ASSOCIAÇÃO DOS SOCIOLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO-CONAGE EODORDENACAO NACIONAL DOS GEOLOGOS



## 0 movimento sindical e a idéia de uma Conclat

A ditadura militar implantada no Brasil em 1964 impediu, por muito tempo, todas as formas de organização e mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo, que contestassem a ordem política instaurada. As manifestações estudantis e populares no final dos anos de 1960 e as greves operárias nas cidades de Osasco, em São Paulo, e Contagem, Minas Gerais, em 1968, foram fortemente reprimidas e antecederam o endurecimento do regime. No mesmo ano, os militares promulgaram o Ato Institucional Nº 5, que ficou conhecido como AI-5, e com ele vieram novas cassações, intensificação da censura à imprensa, vigília policial quase permanente sobre as organizações sindicais e populares, perseguições contra os setores que se opunham ao regime, torturas aos presos políticos nos organismos policiais de repressão e também o desaparecimento forçado de militantes políticos, sindicais e populares. Foram os chamados *anos de chumbo* da ditadura militar. Somente a partir de 1975 inicia-se um processo de distensão política do regime por causa da crise da economia brasileira, e que possibilita a reorganização política, sindical e popular, com a retomada das mobilizações de ruas pelos estudantes universitários, seguidas por manifestações e reivindicações de outros segmentos da sociedade, principalmente trabalhadores das regiões mais industrializadas do país.

A segunda metade dos anos de 1970 foi marcada pela luta por liberdades democráticas, reorganização dos movimentos sociais e ressurgimento do movimento sindical reivindicatório, capitaneado pelos metalúrgicos do ABC paulista e suas greves<sup>1</sup>. Em 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema divulgou que estudos feitos pelo Banco

---

<sup>1</sup> A Região do ABC paulista compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Nessa região, particularmente na cidade de São Bernardo do Campo, se concentravam nos anos 1970 o principal parque fabril brasileiro e indústrias automobilísticas com modernas técnicas de produção. As novas condições de trabalho exigiram novas formas de organização dos trabalhadores, privilegiando a ação sindical nas fábricas, superando as ações do sindicalismo praticadas até 1964. O sindicalismo surgido em São Bernardo do Campo e Diadema sabia das especificidades da categoria se comparada com outros ramos. Todavia, desde o início buscou atrair as demais categorias profissionais de indústrias

Mundial mostravam a manipulação dos índices da inflação nos anos de 1973 e 1974, durante a gestão econômica de Delfim Neto, ministro dos militares<sup>2</sup>. A partir disso, iniciou-se uma campanha pela reposição das perdas salariais que levou os trabalhadores, em maio de 1978, a começarem um período de greves que se espalhou por outras metalúrgicas nas demais cidades do ABC. Nos anos de 1979 e 1980 as greves se repetiram como resultado das campanhas salariais e do não atendimento das reivindicações pelos empregadores.

As mobilizações dos metalúrgicos serviram de alavanca e estímulo para dezenas de outras categorias profissionais, e milhares de trabalhadores, realizarem greves em todo o Brasil. Nesse contexto, a sociedade brasileira tomou conhecimento da existência de uma corrente sindical denominada Novo Sindicalismo, Sindicalismo Combativo ou Sindicalismo Autêntico. Essa corrente tinha como principais características a conscientização dos trabalhadores a partir do trabalho de base, o fortalecimento dos sindicatos e das oposições sindicais combativas, a solidariedade de classe, o incentivo à combatividade para alcançar as reivindicações, o questionamento da estrutura sindical corporativa vigente, e a origem dos seus dirigentes, que não vinham dos partidos de esquerda tradicionais, como os partidos comunistas que se originaram da Terceira Internacional<sup>3</sup>.

O novo sindicalismo não surgiu num piscar de olhos, pela vontade de alguns dirigentes. As greves dos metalúrgicos do ABC no ano de 1978 foram apenas o momento em que essa concepção de ação sindical teve

---

tradicionais para suas posições políticas. Seus membros assumiam-se como referência e que naquele momento lideravam um setor do movimento sindical brasileiro. Com isso ampliou-se o sindicalismo autêntico, reivindicando mudanças na situação econômica, política e social imposta pela ditadura militar, e que conseguiu fazer aliados em outras regiões do Brasil. Cf. John Humphrey. Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira. Fazenda Milagres. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1982, particularmente o capítulo 7, "Os operários da indústria automobilística enfrentam o Estado: 1979". Um outro importante documento no qual aparece análise semelhante é "As Greves do ABC", elaborado por um militante logo após as greves de 1978 e transcrito na íntegra por Celso Frederico em A Vanguarda Operária. São Paulo: Edições Símbolo, 1979, p. 120 - 126.

2 Cf. Aloizio Mercadante Oliva (Coord.) Imagens da Luta: 1905 - 1985. São Bernardo do Campo (SP): Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, 1987, p. 148 - 149. O Dieese denunciava a manipulação dos índices da inflação, que serviam de base para a recomposição salarial, desde o início dos anos 1970, e os estudos do Banco Mundial apenas comprovaram este fato.

3 A III Internacional foi criada por Lênin em 1919 depois do triunfo da revolução comunista na Rússia. A III Internacional reunia agrupamentos comunistas de vários países e orientava suas políticas visando à vitória mundial do movimento proletário frente ao capitalismo, segundo seus idealizadores. No Brasil, o Partido Comunista foi criado em 1922 por militantes operários oriundos do movimento anarco-sindicalista. Na época das greves do ABC, o Partido Comunista já estava cindido em outros agrupamentos, como o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil.

projeção nacional e internacional, dando visibilidade à classe trabalhadora brasileira. Alguns estudos sobre o movimento sindical concluíram que indícios desse novo sindicalismo estiveram presentes nas ações das direções dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Osasco e Contagem em 1968, quando ocorreram as greves nas fábricas daquelas localidades<sup>4</sup>. Entre os metalúrgicos das indústrias de São Bernardo do Campo e Diadema também há mostras da linha de ação desenvolvida por esse movimento, no período compreendido entre 1969 e 1977: diversas tentativas de greves, mobilizações pela reposição salarial em decorrência da manipulação dos índices da inflação em 1973-74, a realização do I Congresso Metalúrgico em 1974, com a aprovação da reivindicação de um Contrato Coletivo de Trabalho, referendado com maior ênfase no II Congresso, em 1976<sup>5</sup>. Em outras regiões do país, concepções próximas ao novo sindicalismo também eram gestadas. Em fevereiro de 1976, sindicatos do Estado de Minas Gerais, tendo à frente os metalúrgicos da cidade de João Monlevade, além de jornalistas e bancários de Belo Horizonte, articularam-se, e durante visita do presidente Ernesto Geisel à capital mineira entregaram-lhe documento que tratava da autonomia sindical, direito de greve, legislação salarial e outros temas de interesse dos trabalhadores<sup>6</sup>.

Com a abertura política, além do Novo Sindicalismo, outras correntes começaram a se movimentar e ter ação em âmbito nacional, como os sindicalistas vinculados ou influenciados pelo clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido político com reconhecimento legal que fazia oposição aos militares. Os sindicalistas ligados a esses partidos lançaram a proposta de uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, evento que pudesse reunir diversas categorias profissionais de todo o Brasil. A idéia surgiu logo após os empresários terem realizado o IV Congresso das Classes Produtoras

<sup>4</sup> Cf. José Ibrahim (Apres.). *Perspectivas do Novo Sindicalismo*. São Paulo: Edições Loyola – Cedac, 1980, p. 33 – 35. *Cara a Cara*. Revista Semestral do Centro de Estudos Everardo Dias: Campinas (SP), Ano 1, n.º 2, Julho a Dezembro de 1978. “Os Operários Tomam a Palavra (Sindicalismo de Base, Comissões de Fábrica e Democracia)”, p. 18 – 19.

<sup>5</sup> Cf. Iram Jácome Rodrigues. *Sindicalismo e Política. A Trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 74 – 77.

<sup>6</sup> Cf. Magda Maria Bello de Almeida Neves e Maria Regina Nabuco Brandão (Coord.) *A Trajetória do Novo Sindicalismo em Minas Gerais. Relatório de Pesquisa*: Belo Horizonte (MG): PUC Minas. Instituto de Relações do Trabalho, 1999, p. 141.

(Conclap). A proposta foi apresentada em 7 de novembro de 1977 ao general Ernesto Geisel, durante visita de sindicalistas de São Paulo ao Distrito Federal. A visita fazia parte do *Projeto Brasília*, organizado pelo governo e dirigido aos trabalhadores, consistindo, resumidamente, em um evento na capital do País para celebrar os feitos do próprio governo. Algumas categorias profissionais se recusaram a participar, como os sindicatos de Minas Gerais, que haviam entregado no ano anterior o documento com as reivindicações<sup>7</sup>. O porta-voz dos dirigentes que foram a Brasília, Hugo Martínez Perez, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo, reivindicou, durante seu discurso, a organização de uma conferência dos trabalhadores na qual seriam discutidos o modelo econômico, o fundo de garantia, os problemas de distribuição de renda e política salarial<sup>8</sup>.

A realização de uma conferência dos trabalhadores repercutiu na sociedade durante os meses de novembro e dezembro daquele ano. O governo militar, em atitude dúbia, considerou normal um encontro dos trabalhadores, porém o processo deveria ser dirigido pelas confederações oficiais e não poderia resultar numa intersindical permanente<sup>9</sup>. Os patrões também opinaram favoravelmente sobre a conferência, “desde que não houvesse baderna”, conforme opinião de Luís Eulálio Vidigal, presidente do Sindicato da Indústria de Componentes para Veículos Automotores<sup>10</sup>. Aproveitando o incentivo do governo, algumas confederações oficiais tentaram assumir a condução do processo. Como a maioria delas era comprometida com o regime militar e alguns dos seus dirigentes ocupavam cargos havia mais de 30 anos, como Ari Campista, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Novo Sindicalismo se manifestou com muita desconfiança sobre uma Conclat dirigida pelas confederações oficiais. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), João Paulo Pires Vasconcelos, que articulava um encontro sindical nacional em Minas Gerais, afirmou que “as confedera-

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Folha de S. Paulo, 8 de Novembro de 1977, p. 20.

<sup>9</sup> Folha de S. Paulo, 15 de Novembro de 1977, p. 18.

<sup>10</sup> Folha de S. Paulo, 11 de Novembro de 1977, p. 26.

ções estavam distanciadas das bases e representavam mais os interesses do sistema que dos trabalhadores”<sup>11</sup>. Outros sindicalistas não comprometidos com o regime, políticos da oposição e jornalistas independentes opinaram no mesmo sentido. Entretanto, a primeira discussão sobre a Conclat foi definitivamente encerrada no final de dezembro de 1977 pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luiz Inácio da Silva, o Lula. Em artigo no jornal do seu sindicato, *Tribuna Metalúrgica*, afirmava que:

não se logra êxito em coisa alguma começando pelo teto. Isto é um ensinamento em engenharia de construções: para se criar alguma coisa por cima é preciso que se verifique, antes, o suporte da estrutura. Vale dizer no caso do certame em questão, tudo deveria começar pelas bases.<sup>12</sup>

Na época, a discussão sobre uma conferência dos trabalhadores foi relevante somente pela repercussão que teve nas páginas dos jornais, chamando a atenção de outros sindicalistas e da sociedade para o tema, não alcançando, porém, nenhum resultado prático. Entretanto, a partir daquele momento, a organização de uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, ou Conclat, como passou a ser chamada, tornou-se objetivo a ser buscado pelo movimento sindical brasileiro. Por isso a idéia seria vigorosamente retomada nos anos seguintes.

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> *Tribuna Metalúrgica*. São Bernardo do Campo (SP), Dezembro de 1977, Ano VII, n.º 44, p. 3.



## Encontros que antecederam a Conclat

**E**m meados de 1978, o Novo Sindicalismo atuou nacionalmente para intervir no 5º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), que aconteceria no mês de julho na cidade do Rio de Janeiro, quando eram esperados milhares de trabalhadores vindos de todo o Brasil. Ari Campista, presidente da CNTI, havia acenado que discutiria a Conclat durante aquele evento, e que tinha a intenção de dirigir a conferência nacional dos trabalhadores.

O congresso da CNTI foi o primeiro grande evento nacional que colocou frente a frente o peleguismo, encastelado na estrutura sindical oficial, e o Novo Sindicalismo, liderado por Luiz Inácio da Silva, que questionava essa estrutura. O congresso foi dominado pelos dirigentes da CNTI. Com atitudes truculentas, conseguiram atingir seus objetivos e mantiveram-se na direção da entidade. Ao final do congresso, os opositoristas reuniram-se e redigiram uma carta de princípios, a *Carta dos Dirigentes Autênticos*, denunciando as ações daquele grupo e apresentando uma análise dos problemas brasileiros a partir das questões trabalhistas. A *Carta* trazia propostas relacionadas às liberdades democráticas, desenvolvimento nacional, organização e ação sindical, legislação sindical e trabalhista, entre outros temas de interesse dos trabalhadores<sup>13</sup>.

Nova reunião dos sindicalistas que lançaram a *Carta* ocorreu no dia 2 de setembro de 1978, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de preparar viagem a Brasília visando ao acompanhamento da votação pelo Congresso Nacional de um projeto de reformas políticas<sup>14</sup>. Da reunião participaram 30 sindicatos, uma federação e uma associação pré-sindical, representando quatro Estados – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e

<sup>13</sup> Tribuna Metalúrgica. São Bernardo do Campo (SP), Setembro de 1978, Ano VIII, n.º 47, p. 6.

<sup>14</sup> Cf. Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas. *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo: 1978 – 1979*. São Bernardo do Campo (SP): Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983, p. 90.

Rio Grande do Sul - mais o Distrito Federal. A movimentação sindical foi duramente criticada pelo ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, que ameaçou com cassações os dirigentes que fossem a Brasília<sup>15</sup>. Em resposta, os dirigentes emitiram nota defendendo a democracia, a liberdade e autonomia sindical, o direito de greve, anistia para todos os perseguidos políticos, entre outros pontos<sup>16</sup>. Além das ameaças, o Ministério do Trabalho emitiu Portaria, em 9 de setembro de 1978, proibindo dirigentes sindicais de promoverem e participarem de reuniões intersindicais. A Portaria surtiu algum efeito, pois das 32 entidades sindicais que assinaram a nota, menos de uma dezena esteve em Brasília. Entre os presentes estavam os dirigentes dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Santos e João Monlevade; petroleiros de Paulínia e Cubatão, entre outros<sup>17</sup>. Esses dirigentes saíram fortalecidos do enfrentamento com o regime, pois nada lhes aconteceu, nem aos seus sindicatos, impondo, na prática, uma derrota política ao ministro do Trabalho e ao governo militar. Estava aberto o caminho para as reuniões intersindicais que se seguiriam.

As propostas contidas na *Carta dos Dirigentes Autênticos*, elaborada ao final do congresso da CNTI, voltaram a ser discutidas durante o III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em outubro de 1978. O congresso teve a participação de dirigentes sindicais de outras categorias profissionais, além de militantes da oposição sindical metalúrgica de São Paulo. Entre as resoluções aprovadas, constou pela primeira vez num congresso sindical a proposta de criação da Central Única dos Trabalhadores<sup>18</sup>. A organização sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema era uma referência e, com base nela, diversas categorias profissionais organizaram oposições sindicais objetivando conquistar sindicatos e associações para posições combativas. Em 1979, o Novo Sindicalismo conseguiu duas importantes vitórias em categorias que tinham milhares de trabalhadores nas bases. A primeira vitória oposicionista foi no Sindicato dos Bancários de São Paulo, em uma chapa em

---

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Ibid., p. 197 - 198.

<sup>17</sup> Ibid., p. 91.

<sup>18</sup> Cf. Aloizio Mercadante Oliva (Coord.), op. cit., p. 157.



aliança com a Unidade Sindical, corrente que reunia os sindicalistas do PCB, e dissidentes da diretoria. A segunda vitória foi entre os professores da rede pública estadual paulista, quando a oposição ganhou as eleições na Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). A partir dessas vitórias, a idéia de construir uma central sindical independente ganhou muito mais força entre os sindicalistas combativos, tendo em vista que as chapas eleitas defendiam a criação da Central Única dos Trabalhadores.

O ano de 1979 foi marcado pela ocorrência de movimentos grevistas em todo o Brasil. Milhões de trabalhadores paralisaram as atividades reivindicando aumentos salariais e o atendimento de questões específicas de cada categoria profissional. A repressão policial era brutal, o que provocava, muitas vezes, o enfrentamento com os agentes do Estado, que agiam a serviço do governo e dos patrões, causando até mesmo o assassinato de trabalhadores. Foi o que ocorreu no mês de agosto, em Belo Horizonte. Durante greve dos trabalhadores da construção civil acabou sendo morto o operário Oracílio Martins Gonçalves<sup>19</sup>. Outro assassinato aconteceu no dia 30 de outubro, durante greve dos metalúrgicos em São Paulo, quando foi morto por um policial militar o militante da oposição sindical e da Pastoral Operária, Santo Dias da Silva. O assassinato de Santo Dias causou muita indignação, forte reação da Igreja Católica, e levou a uma grande manifestação contra a ditadura militar, que percorreu as ruas do Centro de São Paulo<sup>20</sup>.

O Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, ou Momsp, como ficou mais conhecido, no qual Santo Dias militava, vinha de um longo processo de oposição à direção do sindicato, iniciado ainda no final da década de 1960. Em 1972, a oposição conseguiu montar uma chapa, mas foi derrotada pela situação, que já contava com o apoio dos comunistas do PCB. No ano seguinte ocorreu a greve na empresa Villares, na zona sul de São Paulo, fato que levou ao fortalecimento da oposição metalúrgica. Após

<sup>19</sup> Tribuna Metalúrgica. São Bernardo do Campo (SP), Agosto de 1979, Ano IX, n.º 52, p. 7.

<sup>20</sup> O assassinato de Santo Dias foi amplamente divulgado no movimento sindical e também nos movimentos sociais por causa do seu vínculo com a Igreja Católica. Em 2004, por ocasião dos 25 anos de sua morte, ocorreu uma série de manifestações lembrando o fato, culminando com a entrega da documentação sobre sua vida ao Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem-Unesp.

**I CONGRESSO**



**OPOSIÇÃO  
METALÚRGICA**

**TESES**

**APROVADAS**

**MARÇO 79**

*Congresso do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (Momsp), em 1979, aprovou o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (Enos)*

essa greve, a oposição começou a desenvolver uma política de organização sindical denominada Interfábricas, que consistia em encontros de metalúrgicos de várias fábricas de uma mesma região. Os trabalhadores visavam disputar as próximas eleições sindicais, mas a prisão de várias lideranças da oposição, no início de 1974, desarticulou o trabalho que desenvolviam junto aos metalúrgicos. Em decorrência do fato, no ano seguinte a oposição não conseguiu organizar uma chapa para concorrer ao sindicato, mas lançou um programa de ação dirigido aos metalúrgicos, o qual dava ênfase à organização de comissões de fábrica. Em 1978, bastante fortalecida, a oposição sindical disputou as eleições com grande chance de vitória, mas a fraude nas urnas e o apoio que o grupo de situação conseguiu do então ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, impediram o seu êxito. Em março de 1979, a oposição sindical realizou seu I Congresso, e nele discutiu a estrutura sindical, a organização da categoria, as comissões de fábrica e, em âmbito mais geral, a unificação das lutas de todos os trabalhadores contrários à estrutura sindical vigente. O congresso aprovou o programa da oposição, propostas de linha de ação para diretorias combativas e oposições, e também um encontro nacional das oposições sindicais<sup>21</sup>. A oposição sindical havia participado do III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em 1978, no qual apresentou sua tese sobre comissões de fábrica. De acordo com o estudioso do movimento sindical, Iram Jácome Rodrigues, a tese teve bastante repercussão nos sindicalistas presentes, tendo levado a uma mudança na postura dos delegados ao congresso, “pois, até aquele momento, o que se discutia – relacionado com o tema da organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho – era a demanda por delegados sindicais no interior das fábricas”<sup>22</sup>.

De fato, o III Congresso dos Metalúrgicos aprovou a luta pela criação das comissões de fábrica. Mas as concepções que a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo tinham sobre sua implantação e funcionamento eram muito distintas. Essas divergências podem ser vis-

---

<sup>21</sup> Cf. I Congresso da Oposição Metalúrgica. Teses Aprovadas. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1979.

<sup>22</sup> Cf. Iram Jácome Rodrigues, op. cit., p. 79.

tas nas entrevistas que Lula, presidente do Sindicato de São Bernardo, e Hélio Bombardi, membro da oposição metalúrgica de São Paulo, concederam à revista *Cara a Cara*, publicação do Centro de Estudos Everardo Dias, antes daquele congresso. Lula era a favor da vinculação das comissões de fábrica ao sindicato, sendo que os seus membros deveriam ser eleitos por todos os trabalhadores e gozarem de estabilidade no emprego<sup>23</sup>. Hélio Bombardi defendia a independência das comissões de fábrica frente ao sindicato, mesmo se a oposição chegasse à sua direção<sup>24</sup>. A oposição sindical incentivava a criação de comissões e grupos de fábrica, mesmo que tivessem caráter clandestino e trabalhassem na semilegalidade<sup>25</sup>. Lula afirmou abertamente que era contra as comissões de fábrica que não representassem todos os trabalhadores, e onde elas surgiram procurou combatê-las com a visão de que o problema sindical era de todos e não de um pequeno grupo<sup>26</sup>.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo eram partes do Novo Sindicalismo. Entretanto, tinham divergências sobre essa forma de organização dos trabalhadores<sup>27</sup>. As divergências seriam explicitadas abertamente após a fundação da Central Única dos Trabalhadores. Até lá, eles teriam atuação comum nas disputas contra a Unidade Sindical e seus aliados. Parece claro que, mesmo dentro do Novo Sindicalismo, cada setor buscava ampliar as bases para intervir no movimento sindical brasileiro.

Ainda em 1979, teve início a primeira greve geral dos metalúrgicos do ABC. Em São Bernardo do Campo, no estádio da Vila Euclides, as assembleias, com a presença de milhares de trabalhadores, colocaram em evidência para todo o Brasil o Novo Sindicalismo, assim como o seu prin-

<sup>23</sup> Cf. *Cara a Cara*. Revista Semestral do Centro de Estudos Everardo Dias. Campinas (SP), Ano I, n.º 2, Julho a Dezembro de 1978. São Bernardo: Uma Experiência de Sindicalismo "Autêntico", p. 54 – 66.

<sup>24</sup> Cf. *Cara a Cara*. Revista Semestral do Centro de Estudos Everardo Dias. Campinas (SP), Ano I, n.º 2, Julho a Dezembro de 1978. Os Operários Tomam a Palavra (Sindicalismo de Base, Comissões de Fábrica e Democracia), p. 8 – 53.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Cf. *Cara a Cara*. Revista Semestral do Centro de Estudos Everardo Dias. Campinas (SP), Ano I, n.º 2, Julho a Dezembro de 1978. São Bernardo: Uma Experiência de Sindicalismo "Autêntico", p. 54 – 66.

<sup>27</sup> Iram Jácome Rodrigues tem uma posição diferente, pois afirma que "existia certa convergência de concepção e prática sindicais, no momento em que eclodiram as greves, entre estas duas correntes sindicais que serão o estuário por onde vão correr as águas do novo sindicalismo". Rodrigues, Iram Jácome, op. cit., p. 79. Ele está se referindo às greves de 1978, porém as entrevistas de Lula e Hélio Bombardi foram concedidas após as mesmas.

principal dirigente, Luiz Inácio da Silva, o Lula. A repressão não tardou, e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André sofreram intervenção do Ministério do Trabalho, com o afastamento das diretorias e a colocação de representantes do governo. Mesmo fora dos sindicatos, as diretorias continuaram dirigindo as assembleias e negociaram o fim da greve, o que levou o Ministério do Trabalho a encerrar as intervenções e devolver as entidades aos trabalhadores. As manifestações de solidariedade à greve, às diretorias afastadas e o repúdio às intervenções chegavam de todo o País, e fortaleceram o Novo Sindicalismo e a proposta de criação de uma central sindical independente.

Nos meses de maio e junho de 1979 aconteceram dois importantes congressos nacionais que também apoiaram a criação da Central Única. No primeiro, em maio, cerca de 1600 delegados se reuniram, em Brasília, para o 3º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag). Os delegados rurais incluíram nas resoluções lutar por uma Central para todos os trabalhadores do campo e da cidade. Em junho, aconteceu em Poços de Caldas, Minas Gerais, o X Congresso Nacional dos Metalúrgicos, com a presença de delegações de todo Brasil. O Congresso também aprovou resolução semelhante. Segundo os metalúrgicos, a Central deveria representar todos os trabalhadores, sem exceções, inclusive os funcionários públicos da administração direta e indireta. Conforme a legislação vigente, os funcionários públicos não podiam organizar sindicatos. Pela primeira vez após o golpe militar de 1964, dois congressos sindicais de âmbito nacional aprovaram princípios a favor de um sindicalismo livre e a criação da CUT.

Depois do X Congresso Nacional dos Metalúrgicos, que teve grande participação do Novo Sindicalismo, as articulações se intensificaram. Sindicatistas combativos passaram a viajar pelo Brasil, apoiando os movimentos grevistas e as oposições sindicais. Quando o Ministério do Trabalho afastou a diretoria do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, também em 1979, por causa da greve da categoria, vários sindicalistas foram ao Rio Grande do Sul apoiar o movimento grevista e prestar solidariedade aos diretores afastados. Esses deslocamentos permitiam reuniões intersindicais

e fortaleciam o sindicalismo autêntico, fazendo com que pelegos, como Ari Campista, acusado de ser agente do regime no interior do movimento sindical, se arraigassem ainda mais às entidades que dirigiam, mesmo se para isso fosse necessário recorrer à fraude e aos capangas armados. Os contatos entre esses sindicalistas também possibilitavam o delineamento das posições políticas que formavam as correntes de pensamento no movimento sindical. Além do Novo Sindicalismo, ou sindicalismo autêntico, ou sindicalismo combativo, como visto, outra corrente que surgiu foi a Unidade Sindical, criada entre o final de 1978 e início de 1979. A Unidade Sindical, impulsionada por sindicalistas identificados com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na ilegalidade, também era integrada por dirigentes sindicais de outras correntes comunistas, assim como militantes sem vínculos partidários.

A origem da Unidade Sindical está no Centro Brasil Democrático (Cebrade), entidade fundada em julho de 1978 por intelectuais, artistas, sindicalistas e políticos, e que serviria para fomentar a oposição contra a ditadura militar. O seu presidente era o arquiteto Oscar Niemeyer, militante comunista histórico, e o vice-presidente o historiador Sérgio Buarque de Holanda, mais tarde um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Em dezembro de 1978, o Cebrade organizou o Encontro Nacional pela Democracia, e em agosto de 1979 o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, este na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, cujo principal objetivo era impulsionar a Unidade Sindical. O encontro de Niterói reuniu sindicalistas vinculados à estrutura sindical oficial, comunistas de várias tendências, antigos interventores e até mesmo dirigentes sindicais combativos e comprometidos com o Novo Sindicalismo. O Cebrade e a Unidade Sindical eram partes da política traçada pelo PCB para intervir no processo político em âmbito nacional.

No ano de 1979 foram constituídos Comandos da Unidade Sindical em vários Estados, reunindo tendências sindicais que se opunham ao governo, e até mesmo alguns pelegos criados pela ditadura, e agora apoiados pelo PCB, dentro de sua política de oposição moderada e não enfrentamento direto ao regime militar, pois era preciso apostar no avanço democrático paulatino, não provocando os militares. Parecia que a linha política do PCB

sobressaía e prosperava sobre as demais correntes sindicais. Alguns sindicalistas combativos do Sindicato dos Bancários de São Paulo chegaram mesmo a participar da direção da Unidade Sindical no Estado. Entretanto, ela também era vista com muita desconfiança, por outros dirigentes, como metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, bancários de Porto Alegre e militantes da oposição sindical metalúrgica de São Paulo. Para a oposição metalúrgica era incompatível estar numa articulação ao lado de Joaquim dos Santos Andrade, conhecido como Joaquinzão, antigo interventor e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Como visto, eles já haviam se enfrentado nas eleições sindicais de 1978, e a situação, com o apoio dos militantes do PCB, do Ministério do Trabalho, e na base da fraude, manteve o controle do sindicato.

O ano de 1979 também foi marcado por mobilizações e greves em todo o país, principalmente nos grandes centros urbanos mais industrializados. Em decorrência disso, sindicalistas da Unidade Sindical, dirigentes vinculados ao Novo Sindicalismo e até mesmo alguns pelegos apoiados pelos comunistas, realizaram nos dias 15 e 16 dezembro, em Belo Horizonte, uma reunião nacional na qual fizeram um balanço do período e discutiram as futuras ações conjuntas do movimento sindical. Da reunião participaram representantes de 49 sindicatos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará. No encontro foi aprovada a constituição do Comando Nacional da Unidade Sindical, denotando que a corrente Unidade Sindical apostava na obtenção da hegemonia e na direção do movimento sindical em âmbito nacional.

Na primeira reunião do Comando Nacional da Unidade Sindical, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 16 de janeiro de 1980, foi aprovada a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a Conclat, ainda naquele ano. Para viabilizá-la, alguns dirigentes sindicais foram incumbidos de apresentar uma proposta de regimento interno. A partir daí, algumas sugestões de regimento interno começaram a circular no movimento sindical. Além disso, cartas-circulares enviadas aos sindicatos passaram a ser assinadas por um organismo denominado Comissão de Avaliação da Conclat, composto exclusivamente por sindicalistas vinculados à Unidade Sindical. Em um dos anteprojatos de regimento interno proposto constava

que a Conclat aconteceria em setembro daquele ano e a sua convocação e direção seriam da Comissão Executiva Nacional da Unidade Sindical.

A tentativa da Unidade Sindical de, em certa medida, impor sua posição política, aparentando deter a hegemonia do movimento sindical brasileiro, não prosperou, pois nenhuma corrente tinha força suficiente para tomar para si a realização da Conclat e fundar uma central sindical. Ademais, a criação de uma central sindical não fazia parte da política dos comunistas naquele momento, mas caso alguma corrente insistisse na sua fundação, ela já nasceria dividida e enfraquecida. Todavia, no ano de 1980 as articulações para a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora se intensificaram. As respostas à Unidade Sindical de tentar impor sua posição política vieram com articulações de outras correntes sindicais. Assim, foram se conformando mais nitidamente as correntes sindicais que intervieram no movimento sindical brasileiro durante toda a década.

Uma dessas articulações estava sendo comandada pelo Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, que tinha aprovado no seu primeiro congresso, em 1979, um encontro nacional de oposições sindicais. A primeira reunião para preparar esse encontro aconteceu no dia 19 de janeiro de 1980, em São Paulo, com a participação de 100 sindicalistas, representando 41 categorias profissionais de dez Estados. Durante a reunião surgiu a proposta de ampliar o evento, transformando-o em um encontro de trabalhadores contrários à estrutura sindical vigente, não restrito, portanto, a um encontro apenas de militantes das oposições sindicais. Os principais articuladores dessa proposta foram José Ibrahim e José Domingos Cardoso, conhecido como Ferreirinha, antigos militantes operários, que tinham retornado do exílio. José Ibrahim havia sido presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e um dos principais dirigentes da greve de 1968 naquela cidade. Ferreirinha foi presidente nacional da Juventude Operária Católica (JOC), entre 1964 e 1968, atuava na oposição metalúrgica do Rio de Janeiro e era membro da Pastoral Operária (PO). A proposta defendida por Ibrahim e Ferreirinha foi aprovada por maioria, sendo decidida a organização do Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes), contrariando principalmente os militantes da oposição sindical metalúrgica de São Paulo.



Outra articulação também teve início em janeiro de 1980, durante a posse da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG). Do evento participaram sindicalistas combativos e militantes populares vinculados à Igreja Católica, entre os quais estava Frei Betto, religioso dominicano e assessor da Pastoral Operária. Frei Betto era um militante conhecido em decorrência do histórico de luta contra a ditadura militar. Aproveitando a oportunidade, eles iniciaram discussão sobre organização sindical e, ao final, decidiram convocar um encontro mais amplo, que reunisse dirigentes sindicais e militantes dos movimentos populares. O encontro teria como objetivo definir rumos para a atuação sindical e popular no Brasil. É provável que essa idéia estivesse sendo concebida desde o ano anterior, mas foi rapidamente acordada por causa das intensas movimentações das demais correntes sindicais e políticas. O Encontro de João Monlevade, como ficou conhecido, aconteceu nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro de 1980, e reuniu dirigentes sindicais combativos, militantes de oposições sindicais e de movimentos populares vindos de várias regiões. Alguns participantes atuavam na Unidade Sindical, demonstrando uma tentativa de intervenção daquela corrente sindical num movimento que estava se formando, mas também certa confusão política dentro de um grupo no qual todos estavam se avaliando mutuamente, debatendo e descobrindo afinidades nas concepções para a intervenção sindical e popular<sup>28</sup>.

O Encontro de João Monlevade produziu uma análise do modelo econômico vigente e concluiu que o movimento sindical tinha potencial de organização e mobilização social, sendo a classe trabalhadora a força capaz de estabelecer a real oposição ao regime militar<sup>29</sup>. Foram aprovados os princípios norteadores para a ação sindical, metas e estratégias para intervenção, destacando-se o trabalho permanente de mobilização e conscientização das bases<sup>30</sup>. Deliberações fundamentais para assegurar a unidade de ação e a construção de um trabalho comum, e constituíram

---

<sup>28</sup> Vito Giannotti e Sebastião Neto têm posição distinta dessa, pois afirmam que a participação de membros da Unidade Sindical se deu a partir de uma tática elaborada pelo campo combativo para afastá-los dos pelegos. Cf. Vito Giannotti e Sebastião Neto. CUT, Por Dentro e Por Fora. São Paulo: Editora Vozes, 1990, p. 35.

<sup>29</sup> Documento de Monlevade. João Monlevade (MG), Fevereiro de 1980.

<sup>30</sup> Idem.

as bases da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (Anampos). As resoluções aprovadas ficaram conhecidas como Documento de Monlevade, e entre os signatários estavam militantes de sindicatos, associações populares e movimentos vinculados à Igreja Católica, como as Pastorais Operárias e Sociais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se comprometeram a multiplicar encontros como aquele na busca da “libertação do povo brasileiro”<sup>31</sup>.

Poucos meses depois, em continuidade ao encontro de João Monlevade, aconteceu, nos dias 4, 5 e 6 de julho de 1980, no município de Taboão da Serra, São Paulo, novo encontro da Anampos, denominado II Encontro Nacional entre Dirigentes Sindicais e Militantes do Movimento Popular. O encontro deveria ter ocorrido em São Bernardo do Campo, porém, por causa da greve geral dos metalúrgicos no ABC, foi transferido para a cidade de Taboão da Serra. Durante aquela greve, que em São Bernardo durou 41 dias, houve novas intervenções do Ministério do Trabalho no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, prisões de dirigentes e enquadramentos destes na Lei de Segurança Nacional (LSN). Apesar da repressão e da mudança de local, o encontro foi um sucesso. Os temas básicos versaram sobre a relação entre movimento popular e partido político e os rumos do sindicalismo brasileiro na cidade e no campo<sup>32</sup>. No segundo encontro houve maior participação de setores agrários, vinculados principalmente à Comissão Pastoral da Terra (CPT), o que resultou em discussões sobre questões da terra e sindicalismo rural. As resoluções interligaram as lutas do movimento sindical com as organizações populares e intensificaram as relações entre o sindicalismo urbano e o sindicalismo rural. Uma das ações prioritárias aprovadas foi a organização de uma Conclat como expressão democrática do movimento sindical do campo e da cidade<sup>33</sup>. Os enunciados do Docu-

---

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> A maioria dos militantes que participaram dos encontros de João Monlevade e Taboão da Serra estava envolvida na construção do Partido dos Trabalhadores (PT), cujas bases tinham sido lançadas em 1979 e oficialmente fundado em 10 de fevereiro de 1980, quando foram aprovados os seus documentos constitutivos. Muito provavelmente, esses documentos foram discutidos e aprovados no Encontro de João Monlevade antes de se tornarem públicos no evento no Colégio Sion, em São Paulo.

<sup>33</sup> Documento de São Bernardo. Taboão da Serra (SP), Julho de 1980.

mento de Monlevade foram referendados pelos participantes, e outro documento também foi aprovado, recebendo a denominação de Documento de São Bernardo, homenagem aos metalúrgicos da cidade.

Alguns militantes da Unidade Sindical participaram do encontro de Taboão da Serra, porém seus partidários foram se afastando na medida em que a Anampos definia princípios, conflitantes com as propostas defendidas pela Unidade Sindical para atuação no movimento sindical<sup>34</sup>. Outra hipótese é o afastamento desses militantes como consequência da análise negativa que os comunistas fizeram da greve geral dos metalúrgicos do ABC. Em alguns momentos os comunistas do PCB se colocaram abertamente contra a greve, pois consideravam-na um movimento que não somava forças com os opositoristas democratas, podendo servir como pretexto para os militares intensificarem a repressão.

Nos encontros posteriores da Anampos, os princípios do Novo Sindicalismo foram consolidados naquela corrente, o que levou ao total afastamento dos militantes comunistas e seus simpatizantes. Os dirigentes ligados à Anampos não a consideravam uma corrente do movimento sindical e popular. Era apenas, segundo eles, uma articulação de militantes sindicais e populares que tinham pontos em comum de atuação, e a intervenção nos respectivos movimentos deveria ter como base o respeito e a garantia de autonomia das entidades sindicais frente às organizações partidárias, políticas e religiosas. O militante que concordasse com os princípios expressos nos Documentos de Monlevade e São Bernardo poderia integrar a Anampos. O discurso dos dirigentes da Anampos era dirigido ao público externo, pois internamente, em vários momentos, eles se referem à mesma como *a nossa corrente*.

A efervescência no movimento sindical era intensa naquele período. Com a definição do Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes), militantes começaram a se mobilizar para enviar delegações àquele considerado um dos principais encontros do sindicalismo brasileiro. Em alguns Estados formaram-se Comissões Organizadoras

---

<sup>34</sup> Em artigo em defesa da Unicidade Sindical publicado no jornal Movimento, em 5 de agosto de 1980, o dirigente comunista David Capistrano Filho avaliou como "estreito" o Encontro de Taboão da Serra. Cf. Dossiê CPV, Autonomia Sindical. São Paulo, 1985, p. 16.



Encontro de João Monlevade, em fevereiro de 1980.  
Acervo: Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG). Projeto Memória.



*Encontro de João Monlevade, em fevereiro de 1980.*

*Acervo: Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG). Projeto Memória.*

do Entoes, e aconteceram encontros estaduais preparatórios, casos de São Paulo, Pará e Minas Gerais.

Não obstante toda a mobilização no movimento sindical, algumas correntes viam com restrições o encontro. A Unidade Sindical não enviaria representantes, pois tinha como proposta de ação a participação nas direções de sindicatos, ainda que em alianças com setores considerados atrasados e pelegos. Considerava que era preciso acumular forças para se opor frontalmente à ditadura militar. A Anampos se manifestou apenas formalmente, dizendo que “encontros de trabalhadores em oposição à estrutura sindical deveriam ser incentivados e apoiados, na medida em que se trata de iniciativa democrática e sindicalista”<sup>35</sup>. A não referência explícita ao Entoes, marcado para setembro de 1980, dá indícios da interferência da Unidade Sindical no II Encontro da Anampos, que aconteceu apenas dois meses antes do Entoes. Um dos dirigentes que assinaram o Documento de São Bernardo foi Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, militante do PCB e totalmente identificado com a Unidade Sindical. Até mesmo a oposição sindical metalúrgica de São Paulo, tão contrária à estrutura sindical oficial, já havia decidido manter o Encontro Nacional de Oposições Sindicais (Enos), pois era deliberação do seu congresso, e o encontro preparatório, em janeiro de 1980, não poderia ter alterado a decisão.

Do Encontro Nacional de Oposições Sindicais (Enos), dias 10 e 11 de maio de 1980, em Taboão da Serra, participam 40 oposições sindicais da cidade e do campo, de dez Estados. O principal objetivo do encontro era construir princípios e programas comuns para a atuação das oposições na luta contra a estrutura sindical e o peleguismo, além de discutir as formas de organização independente do movimento operário e rural. Para isso foram feitas avaliações das oposições e discussões sobre como poderiam se articular para dinamizar as políticas de comunicação, obter apoio financeiro e solidariedade nos momentos de confronto, nas greves ou eleições sindicais. Ao final do encontro, definiram-se alguns pontos que identificariam as oposições sindicais combativas, como a ampliação do traba-

---

<sup>35</sup> Documento de São Bernardo. Taboão da Serra (SP), Julho de 1980.

lho de base e a defesa da liberdade e autonomia sindical. O encontro foi claramente tática do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo para construir uma corrente de âmbito nacional a fim de intervir no movimento sindical. Alcançou relativo sucesso, mesmo com a pouca representatividade do encontro. Durante boa parte dos anos 1980, o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, ou Momsp, foi referência de atuação para importante parcela do movimento sindical.

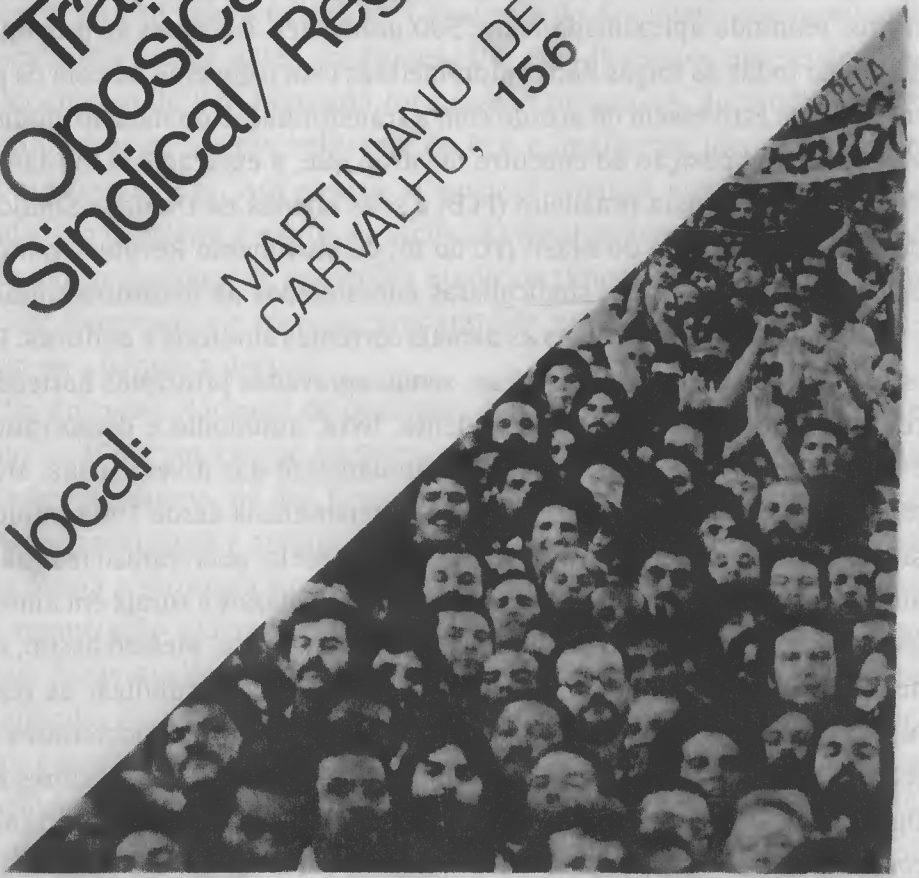
Depois de todas as reuniões e encontros, aconteceu nos dias 13 e 14 de setembro de 1980, na cidade de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes), com delegações de vários Estados, formadas por sindicalistas combativos, oposições sindicais, comandos de greve, grupos de fábricas e trabalhadores rurais, reunindo aproximadamente 500 militantes. O Entoes se propunha a agregar todas as forças não comprometidas com o governo ou com os patrões, e que estivessem de acordo com a transformação do modelo sindical vigente. A composição do encontro mostrou que, a exceção dos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus aliados na Unidade Sindical, do Partido Comunista do Brasil (PC do B), do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR 8) e dos sindicalistas encastelados na estrutura sindical oficial, havia lugar para todas as demais correntes sindicais e políticas. Por isso, as resoluções foram genéricas, sendo aprovados princípios norteadores para um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático, evitando temas que levassem ao aprofundamento das divergências. Mesmo tendo sido um dos maiores eventos intersindicais desde 1964, muitos sindicalistas consideraram desastrosa a experiência, pois o único resultado alcançado foi a mobilização dos trabalhadores urbanos e rurais em âmbito nacional, não avançando em outros aspectos das lutas. Mesmo assim, em dezembro de 1980, alguns militantes ainda tentavam viabilizar as resoluções aprovadas, sem nada conseguir. Todas as tentativas posteriores de rearticulação da Coordenação do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes) não obtiveram sucesso. Portanto, continuavam abertas as possibilidades para a realização da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) com o conjunto das correntes sindicais e políticas que atuavam no movimento sindical.

Encontro  
Nacional de  
Trabalhadores em  
Oposição à Estrutura  
Sindical / Regional-S.Paulo

07 jun. 80

MARTINIANO DE  
CARVALHO, 156

local:



Cartaz de convocação do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (En-  
toes), em 1980.



## A Conclat: uma união frágil

Como visto, as tentativas feitas de novembro de 1977 ao final de 1980 com o objetivo de realizar a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora mostraram-se infrutíferas. A tarefa não poderia ser conduzida por uma única corrente do movimento sindical brasileiro. Era preciso, portanto, buscar a unificação do sindicalismo comprometido com a sua concretização. Naquele momento, a política traçada pelo Novo Sindicalismo foi preponderante e dirigiu o processo. Os princípios concebidos pelo Novo Sindicalismo serviram de referência para amplos setores sociais se organizarem, se articularem e, nos contatos, descobrirem afinidades políticas, construírem objetivos comuns e os meios para alcançá-los. Assim surgiu a Anampos, articulação sindical e popular forjada sob os princípios do Novo Sindicalismo. Articulação que a partir da elaboração de uma política de frente única sindical conseguiu viabilizar a tão almejada Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

Em janeiro de 1981 tiveram início as conversações que resultaram na Conclat. No dia 11 de janeiro, os sindicalistas da Anampos se reuniram para discutir a atuação da Unidade Sindical, a organização da conferência nacional dos trabalhadores, as relações entre o sindicalismo urbano e o sindicalismo rural, e a definição de calendário de ação para o período seguinte. Na reunião, os militantes da Anampos decidiram pela Conclat em agosto de 1981. Precisavam, agora, encontrar os meios para viabilizá-la. Avaliaram que a melhor forma para a sua convocação seria durante plenária com todas as correntes do movimento sindical favoráveis à sua realização. Tratava-se de aguardar o momento apropriado para colocar essa política em prática. A oportunidade surgiu poucos dias depois, durante reunião nacional de sindicalistas em Porto Alegre. Nessa reunião, os dirigentes da Anampos propuseram e aprovaram plenária nacional de entidades sindicais, no dia 15 de fevereiro de 1981, em São Bernardo do Campo. Naquele dia aconteceria um ato público contra o julgamento dos sindicalistas do ABC, enquadrados na Lei de Segurança Nacional em de-

corrência da greve geral dos metalúrgicos no ano anterior. Como seria um ato público em solidariedade aos trabalhadores, a expectativa era de que todas as correntes sindicais e políticas estivessem presentes, com exceção do sindicalismo atrelado ao regime, como a maioria dos dirigentes das confederações oficiais, e também os dirigentes que tinham a visão de que os sindicatos deveriam manter atividades meramente assistenciais.

No dia 15 de fevereiro de 1981, em São Bernardo do Campo, dirigentes sindicais de seis Estados brasileiros estiveram presentes no ato público e em seguida na plenária nacional de sindicalistas. O resultado da discussão foi a convocação de nova plenária nacional de entidades sindicais, mais representativa, no dia 21 de março, em São Paulo. Para isso, redigiram um manifesto, assinado por 60 entidades sindicais, fazendo a convocação de uma das mais importantes reuniões intersindicais do período. Finalmente, no dia 21 de março de 1981 aconteceu a Plenária Nacional de Dirigentes Sindicais, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo. Dois meses depois que os sindicalistas da Anampos projetaram a Conclat e implementaram uma política para a sua organização, representantes de 183 entidades<sup>36</sup> sindicais de 13 Estados e do Distrito Federal, das mais diversas correntes sindicais e políticas, discutiram a conferência e decidiram marcá-la para os dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981, no Estado de São Paulo. Decidiram ainda que a Conclat discutiria as condições de vida, trabalho e salários dos trabalhadores da cidade e do campo, as formas de luta e a organização do movimento sindical brasileiro.

A principal polêmica durante a plenária do dia 21 de março aconteceu no momento da composição de uma coordenação nacional. As divergências novamente vieram à tona. Somente depois de muitas discussões, as correntes sindicais e políticas fecharam acordo e compuseram a Comissão Executiva Nacional da Conclat (CEN), com 29 dirigentes sindicais de todo o Brasil. Entre eles estavam Lula, presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e Olívio Dutra,

---

<sup>36</sup> Este foi o número de entidades sindicais que assinaram o manifesto. Alguns documentos citam que 191 entidades participaram da Plenária.

presidente cassado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, ligados à Anampos e ao Novo Sindicalismo. Também foram escolhidos Joaquim dos Santos Andrade, Joaquinção, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, e Ivan Pinheiro, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, os dois últimos militantes do PCB e vinculados à Unidade Sindical. Finalmente o movimento sindical brasileiro construiu um consenso e aprovou a *Conclamação aos Trabalhadores Brasileiros para Participação na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora*.

A partir dessa plenária, o movimento sindical parecia dar mostras que caminharia unificado. Em sua primeira reunião, em 24 de abril, a Comissão Executiva Nacional da Conclat criou a Secretaria-geral, que funcionou na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo, e três comissões de trabalho, com o objetivo de coordenar a preparação da conferência: Secretaria e Divulgação, Finanças e Infra-estrutura. Por trás da aparente unidade, havia divergências na Comissão Executiva Nacional; os conchavos continuavam e todos os setores esperavam chegar à Conclat com força política suficiente para fazer valer suas posições. De todo modo, pela primeira vez, várias correntes sindicais e políticas que intervinham no sindicalismo brasileiro construíram um organismo único, com a finalidade de lutar pelos interesses dos trabalhadores da cidade e do campo, ainda que as concepções e estratégias fossem diferentes.

Durante os meses seguintes as divergências na condução da Conclat se tornaram mais explícitas. Um dos conflitos surgiu durante as discussões do regimento interno. Os dirigentes partidários do Novo Sindicalismo e ligados à Anampos quiseram ampliar a participação dos delegados de base, e a Unidade Sindical deu ênfase à representação de membros das diretorias sindicais. Existiam ainda posições discordantes quanto à representação das entidades de servidores públicos e à participação das oposições sindicais. Depois de muitas discussões e concessões das partes, foi possível um acordo que permitiria a Conclat, na cidade de Praia Grande, litoral paulista. Eram esperados milhares de trabalhadores, vindos de todas as regiões brasileiras.

Antes do evento, ocorreu em Vitória, no Estado do Espírito Santo, nos

dias 5, 6 e 7 de junho, o III Encontro Nacional de Articulação de Movimentos Populares, continuidade dos encontros de João Monlevade e Taboão da Serra, que deram origem à Anampos. Apesar de ter sido denominado *Encontro de Movimentos Populares*, a sua composição foi a mesma dos encontros anteriores, com a participação de militantes sindicais e populares. Os temas básicos discutidos foram desemprego, greve geral, Conclat, Central Única dos Trabalhadores e a própria Anampos. Quanto à Conclat, avaliaram que seria representativa se houvesse amplas discussões na base e antecedida de encontros regionais, nos quais os temas pudessem ser aprofundados<sup>37</sup>. Discutidos e aprovados ainda os pontos centrais que a Anampos apresentaria na Conclat, com prioridade para a política econômica do governo, a situação dos trabalhadores do campo e a organização sindical<sup>38</sup>. Consideraram que a formação da Central Única dos Trabalhadores deveria ser encaminhada a partir das bases, para nascer forte, representativa e livre diante da estrutura sindical vigente<sup>39</sup>. Por isso, mesmo sendo necessidade imediata dos trabalhadores, a sua criação deveria ficar para um futuro próximo, considerando que precisaria ser amplamente discutida pelo conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo<sup>40</sup>.

O texto aprovado no final do encontro foi denominado Documento de Vitória. Este, ao lado dos documentos de Monlevade e São Bernardo, eram os princípios básicos da Anampos. Segundo os seus idealizadores, todo militante sindical ou popular de acordo com seu conteúdo poderia participar da Articulação, movimento de troca de experiências e definição de pontos comuns de lutas, respeitando-se a autonomia dos movimentos sindical e popular. O terceiro encontro da Anampos já não teve a participação de militantes da Unidade Sindical. Os embates no movimento sindical foram muitos, e as posições e campos estavam delineados. É interessante notar que esse encontro foi convocado como *Articulação de Movimentos Populares*, porém prevaleceram temas sindicais e a Conclat.

---

<sup>37</sup> Documento de Vitória. Vitória (ES), Junho de 1981.

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> Idem.

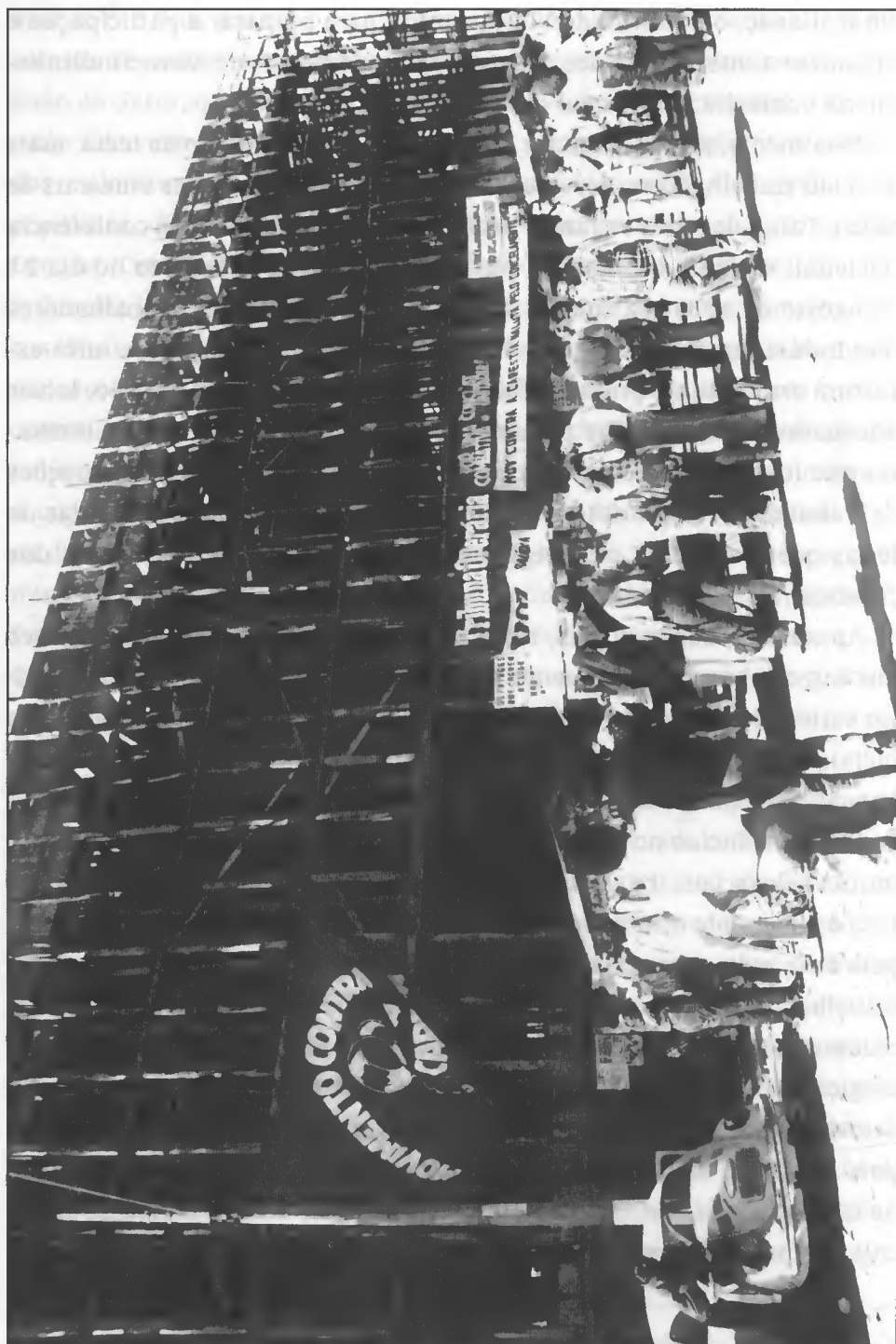
Na realidade, o encontro de Vitória serviu para preparar a participação e organizar a intervenção dos militantes da Anampos e do Novo Sindicalismo na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

Finalmente, depois de quase quatro anos do lançamento da idéia, mais de 5 mil trabalhadores, representando mais de mil entidades sindicais de todo o País e de todos os ramos profissionais, se reuniram em conferência nacional, na Praia Grande<sup>41</sup>. A plenária de abertura aconteceu no dia 21 de agosto de 1981, na colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis de São Paulo, ainda em construção. A infra-estrutura era bastante precária: faltavam alojamentos, alimentação, locais adequados para reuniões plenárias. As condições poderiam ser melhores não fosse o boicote declarado de algumas confederações e federações de trabalhadores, que determinaram o fechamento de outras colônias de férias que receberiam os delegados, como ocorreu com as colônias dos comerciários e rodoviários.

Apesar das adversidades, todas as correntes de pensamento político que intervinham no movimento sindical e lutavam contra o regime militar estiveram presentes. O Novo Sindicalismo estava representado pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, João Monlevade, bancários de São Paulo e Porto Alegre, professores da rede pública de São Paulo. Referências no movimento sindical pela combatividade, atraíram outras delegações, todas em oposição à estrutura sindical vigente, na defesa da liberdade e autonomia sindical, da organização dos trabalhadores pela base e da greve geral como principal instrumento de luta da classe trabalhadora. Do outro lado estavam a Unidade Sindical, a Contag, as federações oficiais e importantes sindicatos, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que defendiam a unicidade sindical, a aliança com setores da burguesia nacional e o não enfrentamento direto com o regime, pois temiam o seu endurecimento, apostando numa política moderada, ao lado de forças oposicionistas democráticas. As demais correntes sindicais que participaram do processo, como os militantes do PC do B e do MR

---

<sup>41</sup> O quadro geral da Conclat cita a participação de 5.036 delegados, representando 1.091 entidades sindicais. O documento encaminhando as resoluções da conferência ao presidente da República em exercício, Aureliano Chaves, cita a participação de 5.247 delegados, representando 1.126 entidades sindicais.



Prédio em construção da colônia de férias do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, onde se realizou a Conclat 1981. Cedem-Unesp. Acervo: Oborê. Foto: Laércio Miranda



Lula e José Francisco (Contag) na Conclat 1981. Cedem-Unesp. Acervo: Oboré. Foto: Laércio Miranda

8, defendiam posições políticas próximas às da Unidade Sindical. Já os que tinham como referência o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, a Pastoral Operária, a Comissão Pastoral da Terra e os militantes ligados às organizações consideradas de extrema-esquerda se aproximaram do Novo Sindicalismo. Eram basicamente dois blocos, com duas concepções de movimento sindical, duas formas de analisar a realidade e conceber a organização e as lutas dos trabalhadores da cidade e do campo. Entretanto, mesmo nesse contexto e conjuntura política adversa, os trabalhadores se unificaram naquele que foi, até então, o maior evento intersindical da história do movimento operário e rural brasileiro.

A Conclat foi antecedida de Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora (Enclats), encontros regionais nos Estados e assembléias sindicais, processo que envolveu milhares de trabalhadores de centenas de categorias profissionais. Durante exatamente cinco meses, de 21 de março a 21 de agosto de 1981, existiu uma intersindical única no país, a Comissão Executiva Nacional da Conclat (CEN). Mesmo com divergências, a CEN conseguiu viabilizar a conferência com delegações de todas as regiões brasileiras. Poucos imaginavam que a Conclat fosse alcançar tal magnitude. Eram esperados no máximo 4 mil delegados, participaram mais de 5 mil, provocando dificuldades de infra-estrutura de toda ordem, mas nada que impedisse o seu sucesso.

Até mesmo as teses para a conferência, que poderiam ser usadas como argumentos para eventuais divisões, foram politicamente acordadas e versaram sobre Direito do Trabalho, Sindicalismo, Previdência Social, Política Salarial e Econômica, Política Agrária e Problemas Nacionais. Enviadas à Comissão Executiva Nacional por dezenas de entidades sindicais de todo o País, serviram de subsídios à elaboração do documento-base que orientou as discussões das comissões de trabalho durante a Conclat. O documento sofreu poucas alterações, pois os delegados reservaram a maior parte do tempo para discutir o plano de lutas e a composição da comissão nacional que organizaria o congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores.





*Delegados no Plenário da Conclat 1981. Cedem-Unesp. Acervo: Oboré. Foto: Laércio Miranda*

**TRABALHADOR**

**1º DE OUTUBRO**

**DIA NACIONAL DE LUTA**

Estúdio Quilombo

**CONTRA  
O DESEMPREGO  
A CARESTIA  
O PACOTE DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL  
A LEI DE SEGURANÇA  
NACIONAL**

**LUTANDO POR:**

- **ESTABILIDADE NO EMPREGO**
- **REFORMA AGRÁRIA**
- **SALÁRIOS E PREÇOS JUSTOS**
- **LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL**
- **ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**

**Comissão Nacional pró-CUT**

**CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES**

## Dois rumos no movimento sindical

Desde o começo da conferência sabia-se que o principal problema a ser enfrentado seria a eleição de uma direção unitária para encaminhar as deliberações e organizar o congresso de fundação da CUT. As articulações nos bastidores não alcançaram resultados, e as divergências levaram à formação de dois grandes blocos, capitaneados pela Unidade Sindical e pelo Novo Sindicalismo. A primeira tentativa de compor chapa única fracassou, fazendo com que duas chapas fossem apresentadas ao plenário: a chapa Um, articulada pela Unidade Sindical, e a chapa Dois, articulada pelo Novo Sindicalismo. A tensão aumentou quando os delegados foram chamados a se manifestar e o plenário ficou dividido. Para evitar divisão, os trabalhos foram suspensos, em nova tentativa de se buscar acordo. Depois de muitas discussões foi apresentada chapa única, com 56 membros. Portanto, todas as correntes tiveram que ceder. O órgão criado ao final da conferência recebeu o nome de Comissão Nacional Pró-CUT, e tinha como objetivos coordenar a execução das resoluções aprovadas e organizar, em 1982, o congresso de fundação da CUT.

Na primeira reunião da Comissão Nacional Pró-CUT, em Brasília, em 11 de setembro, foi eleita uma Comissão Executiva composta por 23 membros efetivos e seis suplentes. Na Comissão Nacional Pró-CUT e em sua Comissão Executiva, os partidários da Unidade Sindical e seus aliados tinham maioria.

Nas resoluções aprovadas na Conclat constou que o movimento sindical promoveria, a 1º de outubro, o *Dia Nacional de Luta* pelo atendimento das reivindicações. O manifesto distribuído aos trabalhadores e ao povo brasileiro convocava todas as categorias a se manifestar contra o desemprego, a carestia, o pacote previdenciário, a favor da reforma agrária, direito à moradia, liberdade e autonomia sindical e liberdades democráticas. A Comissão Nacional Pró-CUT tentou audiência com o presidente da República para entregar as reivindicações dos trabalhadores, mas não foi recebida. No final daquele dia, atendendo ao chamado da Comissão Na-

cional Pró-CUT e das intersindicais estaduais, ocorreram manifestações em várias cidades, com passeatas, atos públicos e panfletagens. Pela primeira vez, depois de muitos anos de repressão, o movimento sindical brasileiro conseguiu organizar articuladamente manifestações e mobilizações em todo o Brasil.

Tudo parecia estar caminhando para a fundação da CUT. No mês de abril, o Boletim Pró-CUT, órgão oficial da Comissão Nacional, publicou a convocação do congresso para os dias 27, 28 e 29 de agosto de 1982, temas e os critérios de participação das entidades sindicais, faltando decidir apenas o local onde seria realizado. Entretanto, desde janeiro, circulava no movimento sindical carta do presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antonio Rogério Magri, questionando o congresso naquele ano. A Unidade Sindical, argumentando que a discussão sobre o adiamento do congresso estava sendo feita nos sindicatos, introduziu o tema na reunião da Comissão Executiva da Pró-CUT, no dia 10 de maio, no Rio de Janeiro. Os sindicalistas vinculados ao Novo Sindicalismo argumentaram que nas resoluções da Conclat constava que a Comissão Nacional Pró-CUT deveria organizar o congresso de fundação em 1982, e a criação da Central aceleraria o processo de transformações democráticas. Do outro lado, os sindicalistas da Unidade Sindical avaliavam que a campanha para as eleições municipais e estaduais, marcadas para novembro, poderia interferir nos encaminhamentos do congresso, e os interesses dos trabalhadores ficariam em segundo plano. Ao final, a maioria da Comissão Executiva da Pró-CUT aprovou consulta às intersindicais e discussão do tema nos encontros estaduais, sendo o resultado encaminhado à Comissão até o dia 5 de julho, quando estaria reunida em Brasília. Nessa reunião fez-se um balanço da consulta e constatou-se que a maioria dos encontros estaduais aprovou o congresso em 1982. Os defensores do adiamento polemizaram sobre a representatividade da consulta, argumentando que em apenas dez Estados houve encontros, e não estavam Estados importantes, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Os que defendiam o evento afirmavam que estavam vigorando as resoluções da conferência do ano anterior, que aprovou o congresso em 1982. Depois de muita discussão aprovou-se a manutenção

da convocação do congresso por 18 votos contra 14, e cinco abstenções. Também referendou-se a Comissão Organizadora, integrada pelos representantes da Comissão Nacional Pró-CUT de São Paulo, tendo em vista que o congresso seria novamente na Praia Grande.

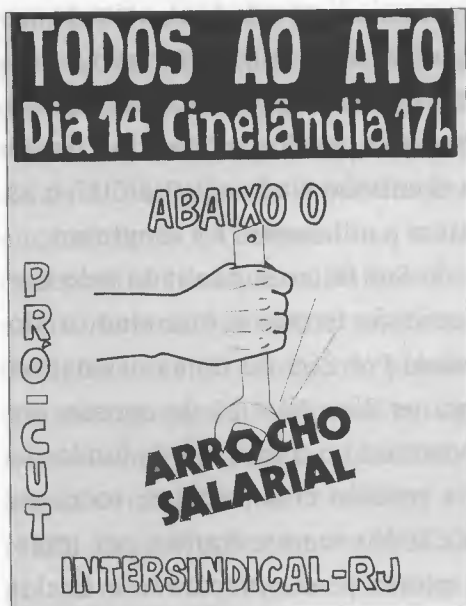
O resultado da votação mostrou que o movimento sindical estava novamente dividido. As análises conjunturais, as táticas políticas traçadas para intervenções na sociedade e as concepções sindicais eram muito distintas. Dificilmente o movimento sindical caminharia unificado.

Nos dias seguintes, os partidários do adiamento do congresso passaram a elaborar nova tática para reverter a situação. A Contag aprovou no seu Conselho de Representantes de Federações documento de avaliação do movimento sindical, e concluiu que o sindicalismo rural não participaria do congresso em 1982. A Intersindical do Rio de Janeiro encaminhou pedido à Comissão Nacional Pró-CUT para que a decisão sobre o congresso fosse revista. A partir disso, os integrantes da Comissão que não concordaram com o congresso ainda naquele ano convocaram plenária no dia 17 de julho e decidiram pelo seu adiamento para 1983. Nova reunião plenária foi marcada para os dias 11 e 12 de setembro de 1982, quando seriam definidas a nova data, local do congresso e a reorganização da Comissão Nacional Pró-CUT. Da reunião participariam os membros da Comissão, três representantes de cada intersindical estadual, além de ser convidado um representante de cada confederação oficial. O Novo Sindicalismo reagiu à manobra e a resposta às deliberações vieram do Enclat do Rio Grande do Sul, que decidiu manter as resoluções da conferência da Praia Grande e convidar a própria Comissão Nacional Pró-CUT e as intersindicais estaduais para rediscutirem o adiamento do congresso.

A posição do Enclat do Rio Grande do Sul foi acompanhada pelo Enclat de Goiás. No dia 27 de julho, a Comissão Estadual Intersindical do Rio Grande do Sul e a Comissão Estadual Pró-CUT de Goiás assinaram nota convocando reunião nacional para os dias 28 e 29 de agosto, em São Paulo. Nesses dias deveria estar ocorrendo o congresso de fundação da CUT. Os critérios de participação na reunião eram amplos: todos os membros da Comissão Nacional Pró-CUT, dez representantes por intersindical e a Contag. Naquela semana estava sendo preparado o Enclat



*Os Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora (Enclats) de Goiás e Rio Grande do Sul se posicionaram contra o adiamento do Conclat em 1982*



*A Intersindical do Rio de Janeiro se posicionou pelo adiamento do Conclat em 1982*

de São Paulo, que ocorreria nos dias 30 e 31 de julho e 1º de agosto. A discussão sobre o adiamento do congresso ocupou boa parte do encontro. Quando os participantes foram chamados a votar, 367 delegados se posicionaram contra o adiamento e 365 delegados favoravelmente. Resultado muito festejado pelo Novo Sindicalismo, mas que dava mostra do grau de divisão do sindicalismo paulista. O encontro deliberou ainda que a direção estadual eleita, composta de 25 dirigentes sindicais, adotaria o nome de Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo. As deliberações do encontro de São Paulo foram importantes por causa da forte presença do Novo Sindicalismo no Estado e do peso do movimento sindical paulista diante dos demais Estados brasileiros.

Estavam, portanto, convocadas duas reuniões plenárias de âmbito nacional. Uma, no final de agosto, quando, segundo os dirigentes que a convocaram, vinculados ao Novo Sindicalismo, estariam vencidos os mandatos dos membros da Comissão Nacional Pró-CUT eleitos na conferência de 1981. A outra, ligada à Unidade Sindical, aconteceria em meados de setembro, e propunha discutir a reorganização da Comissão Nacional Pró-CUT. Os primeiros não aceitavam a prorrogação dos mandatos dos membros da Comissão Nacional Pró-CUT, argumentando que era descumprir as deliberações da conferência da Praia Grande. A Unidade Sindical e aliados avaliavam que era legítimo discutir a reorganização da Comissão, tendo em vista o adiamento do congresso.

As divergências deixavam claro que naquele momento não se tratava apenas da questão do adiamento do congresso, pois, com a divisão, dificilmente seria organizado ainda naquele ano. Ocorria mais um embate entre correntes do movimento sindical brasileiro. Em todo o período de existência da Comissão Nacional Pró-CUT as correntes sindicais se mantiveram organizadas e formavam os militantes para enfrentar esses embates. Um exemplo foi o seminário organizado pela Anamos, no dia 14 de agosto de 1982, bem no auge da crise, para discutir, entre outros pontos, unicidade e pluralismo sindical. A unicidade sindical era defendida pela Unidade Sindical, PCB, PC do B, MR 8 e dirigentes de confederações e federações oficiais, enquanto o pluralismo sindical estava no ideário do Novo Sindicalismo, da Anamos, do PT e de organizações de extrema-esquerda.

A reunião dos dias 28 e 29 de agosto, organizada pelo Novo Sindicalismo, recebeu o nome de Encontro Sindical Nacional Pró-Conclat 82. A síntese das resoluções do encontro está em livro lançado pela CUT, em 1984, e é assim descrito:

Realizou-se, no Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, uma reunião nacional de intersindicais. Estiveram oficialmente presentes a maior parte das intersindicais eleitas em Enclats em 82, 16 membros da Comissão Nacional Pró-CUT e vários observadores totalizando 88 participantes de 15 Estados. Os delegados presentes nesta reunião, que teve caráter deliberativo para as intersindicais oficialmente representadas, resolveram participar da reunião de 11 e 12 de setembro, em Brasília, ampliando, no entanto, de três para até dez a participação de cada intersindical estadual e não admitindo o direito de voto para as confederações que não foram eleitas na Conclat ou nos Enclats. Os delegados presentes resolveram ainda não votar data para a realização do Conclat transferindo esta decisão para a reunião de 11 e 12 em Brasília".<sup>42</sup>

O encontro reconheceu que estavam extintos os mandatos dos dirigentes da Comissão Nacional Pró-CUT, que os novos membros deveriam ser escolhidos em plenárias das Intersindicais eleitas nos próximos dois meses, devendo ser respeitada a proporcionalidade, e que a posse da nova Comissão Nacional seria no dia 17 de outubro de 1982.

Percebe-se que o Novo Sindicalismo e seus aliados, visando mais uma vez à unificação do movimento sindical, estavam abertos a negociações com as correntes que adiaram o congresso: eles se dispunham a ir à reunião nos dias 11 e 12 de setembro, em Brasília, ainda que questionassem os critérios de participação, e decidem que a data do congresso seria definida naquela reunião. Também reconhecem a continuidade da Comissão, mas não os mandatos dos seus membros, abrindo, portanto, a possibilidade de sua reorganização e recomposição. Por fim, ao propor que a posse da nova Comissão Nacional Pró-CUT fosse em meados de outubro, reconhecem, implicitamente, que o congresso não teria mais condições de acontecer naquele ano.

<sup>42</sup> I Conclat: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 1984.



As articulações também estavam ocorrendo entre os setores que adiarão o congresso, visando à reunião dos dias 11 e 12 de setembro. Como fez anteriormente, o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antonio Rogério Magri, enviou carta às entidades sindicais com propostas para aquela reunião. Propunha o congresso em abril de 1983, que a comissão organizadora fosse formada por entidades sindicais fortes e que no regimento interno constasse que cada sindicato teria direito a um voto. Essas propostas não tiveram o respaldo dos partidários da Unidade Sindical ou de outras correntes, pois significaria racha definitivo no movimento sindical brasileiro. Os dirigentes do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo eram reconhecidos por posições em defesa da estrutura sindical oficial, e o seu presidente, para muitos militantes do Novo Sindicalismo, era um pelego a serviço do regime.

Era previsível que a reunião dos dias 11 e 12 de setembro ocorresse em clima de disputa acirrada. A Unidade Sindical e seus aliados tinham quase dois terços dos membros da Comissão Nacional Pró-CUT e impuseram posições desde o início. Mantiveram os critérios de participação de três representantes por intersindical estadual e mais um representante por confederação oficial, não permitindo a participação de cerca de 30 sindicalistas de importantes delegações. Nas resoluções aprovadas constaram, entre outros itens, a prorrogação dos mandatos dos membros da Comissão, a possibilidade dos dirigentes das confederações oficiais integrarem a Comissão Nacional Pró-CUT sem serem eleitos, nova composição numérica da mesma, com os representantes estaduais sendo eleitos em Enclats ou plenárias intersindicais, e a indicação que o congresso da classe trabalhadora acontecesse em agosto de 1983.

Uma reunião foi marcada, juntamente com a posse dos novos membros da Comissão Nacional Pró-CUT, para os dias 27 e 28 de novembro, em Brasília. O principal ponto na pauta de discussão seria a organização do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. O documento aprovado não registra avaliação alguma sobre a crise do movimento sindical, assim como não apresenta análise da conjuntura. A maioria da Comissão Nacional Pró-CUT agiu como se tivesse hegemonia no movimento sindical brasileiro, mas a situação não era bem essa.

Os delegados impedidos de participar da reunião e os membros da Comissão que consideravam seus mandatos extintos se retiraram, e na mesma data lançaram o documento intitulado *Aos companheiros da cidade e do campo*, assinado pelas Comissões Pró-CUT de São Paulo, Goiás, Pará, Intersindical do Paraná, membros da ex-Comissão Nacional Pró-CUT e delegados de vários Estados. O documento também dialoga com os trabalhadores do campo em decorrência da representatividade do movimento sindical rural e por causa da posição da Contag, contrária ao Conclat em 1982. Na conferência em Praia Grande, cerca de 1/3 das 1.091 entidades presentes eram federações e sindicatos rurais, que levaram aproximadamente mil delegados. No documento, analisam os problemas enfrentados pelos trabalhadores urbanos frente às atitudes do governo e dos empresários, apóiam decisivamente os trabalhadores rurais na luta por um pedaço de terra, defendem a unidade do movimento sindical, mas criticam a estrutura sindical oficial e a inclusão na Comissão Nacional Pró-CUT de dirigentes de confederações que não precisam ser eleitos em assembléias; avaliam a organização e as conquistas dos movimentos sociais, e criticam duramente “as forças que compactuam com os projetos dos patrões e do governo utilizando o argumento de que agora não é hora de radicalizar”<sup>43</sup>. Na apresentação das propostas concluíram que era preciso dar passos concretos para a construção da CUT, e que a unidade se daria a partir das lutas e no respeito à prática democrática. Por fim, marcaram reunião nacional nos dias 4 e 5 de dezembro de 1982, em São Paulo, para avaliar a situação do movimento sindical, discutir plano de lutas, encaminhar o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora e a construção da CUT.

Novamente duas reuniões nacionais estavam marcadas, duas concepções sindicais e políticas, duas formas de analisar e encaminhar as lutas e a organização sindical. Um lado reconhece o mandato dos dirigentes da Comissão Nacional Pró-CUT; e o outro, que os membros perderam a legitimidade, pois os mandatos estavam vencidos. Entretanto, apesar da radicalização, ainda estavam abertas as possibilidades de nova recompo-

<sup>43</sup> Documento “Aos companheiros da cidade e do campo”. Brasília, Agosto de 1982.

sição e busca de unidade do movimento sindical. Isso foi possível porque a Anampos, reunida nos dias 16 e 17 de outubro de 1982, decidiu participar da reunião convocada pelo setor majoritário da Comissão Nacional Pró-CUT para o final de novembro. A partir dessa deliberação, os militantes do Novo Sindicalismo apresentaram a proposta nos Enclats, e a maioria deliberou que participaria da reunião convocada para os dias 27 e 28 de novembro como forma de exigir um único Congresso Nacional da Classe Trabalhadora.

A reunião da Anampos de 16 e 17 de outubro teve a participação de dirigentes de vários Estados, representando o sindicalismo urbano e rural, que avaliaram o movimento sindical. As críticas negativas às posições adotadas pela Unidade Sindical eram a tônica comum entre os participantes, e alguns questionavam se era realmente possível construir a unidade e compor com aquele setor e seus aliados. A maioria, no entanto, ainda defendia a unidade de todas as correntes para que fosse construída uma central sindical que representasse todos os trabalhadores brasileiros. Além de deliberar por participar da reunião de novembro, a Anampos decidiu apoiar a proposta indicativa, adotada na reunião da maioria da Comissão Nacional Pró-CUT, de realizar o Conclat em agosto de 1983. Os participantes também discutiram os temas, local, regimento interno, critérios de participação e infra-estrutura do congresso.

A comparação entre os pontos aprovados nessa reunião e as deliberações da reunião unificada de 27 e 28 de novembro sugere que, mais uma vez, as posições da Anampos preponderaram sobre as demais, pois tudo o que havia sido decidido foi aprovado. Outras reuniões do setor combativo aconteceram no dia 20 de outubro, no Rio de Janeiro, e em 5 de novembro, em Campinas, durante a posse da diretoria do Sindicato dos Petroleiros. Alguns dirigentes questionavam o excesso de reuniões, que implicavam enormes custos e grandes deslocamentos. Entretanto, as reuniões da Anampos de outubro e novembro de 1982 foram decisivas no processo de construção da Central Única dos Trabalhadores.

A reunião dos dias 27 e 28 de novembro começou com o Novo Sindicalismo aceitando criticamente as deliberações da reunião da maioria da Comissão Nacional Pró-CUT, de setembro. Ainda assim, durante todo o

dia 27 foi discutido quase exclusivamente o problema das representações estaduais, principalmente o caso de São Paulo, que se apresentou com duas delegações. A Comissão Sindical Pró-CUT de São Paulo criticava o adiamento do congresso, mas buscava combater a divisão do movimento sindical, e por isto convocou o Enclat paulista para os dias 19, 20 e 21 de novembro, dentro dos prazos estabelecidos pela maioria da Comissão Nacional Pró-CUT. No dia da abertura do encontro, federações e sindicatos que apoiavam a maioria da Pró-CUT Nacional se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e decidiram enviar uma delegação ao Enclat, apresentando a proposta do seu adiamento. Caso não aceitassem, se viriam obrigados a escolher entre eles os representantes do sindicalismo paulista que iriam à reunião em Brasília. A Comissão Sindical Pró-CUT de São Paulo não aceitou o ultimato, realizou o Enclat, e os delegados elegeram os oito representantes paulistas para irem a Brasília e integrarem a Comissão Nacional Pró-CUT renovada. Somente depois desses relatos e discussões a Comissão deliberou no dia 27, à noite, credenciar os representantes eleitos no Enclat paulista por terem cumprido mais rigidamente as deliberações da reunião de setembro. A Unidade Sindical teve de ceder e com isso foi adiada a divisão do movimento sindical.

Resolvido o impasse das representações estaduais, o dia 28 de novembro foi dedicado à discussão do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Aprovados o regimento interno, os critérios de participação, a data (26, 27 e 28 de agosto de 1983) e local (São Paulo). Nesse mesmo dia foram empossados os representantes indicados em 16 Estados e no Distrito Federal para integrar a nova Comissão Nacional Pró-CUT, que teria 69 membros. Os demais Estados deixaram vagas em aberto para indicarem posteriormente. Também foi eleita Comissão Executiva composta por 23 integrantes. Desde a primeira Comissão Nacional Pró-CUT funcionavam três secretarias - Administrativa, Finanças e Divulgação - centralizadas no Rio de Janeiro e, até aquela reunião, controladas pela Unidade Sindical. Com a recomposição, os partidários do Novo Sindicalismo passaram a integrá-las. Portanto, o movimento sindical conseguiu novamente se unificar para realizar o congresso. Com esse acerto, não houve a reunião convocada pelo Novo Sindicalismo para 4 e 5 de dezembro, em São Paulo.

Entretanto, os apelos à unidade feitos aos dirigentes e militantes paulistas, e publicados no Boletim Pró-CUT, de dezembro de 1982, evidenciavam que persistiam as divergências sobre os rumos do sindicalismo brasileiro.

A primeira reunião da Comissão Executiva para preparar o congresso aconteceu no dia 8 de janeiro de 1983. Deliberou-se que as entidades sindicais deveriam enviar uma ficha de pré-inscrição para a Secretaria Administrativa, sediada no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Também deveriam fazer o pagamento de uma taxa e enviar o comprovante à Secretaria de Finanças, sediada na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro. Os membros da Comissão Nacional Pró-CUT de São Paulo assumiram a responsabilidade pela infra-estrutura do congresso. A Comissão Executiva aprovou ainda os critérios para apresentação de teses, calendário de reuniões até a véspera do congresso, e que os convites para as centrais sindicais internacionais poderiam ser expedidos. Na reunião da Comissão Nacional Pró-CUT nos dias 9 e 10 de abril foi decidido criar três subcomissões, dedicadas exclusivamente à organização do congresso, compostas por entidades sindicais paulistas: Subcomissões de Infra-estrutura, Finanças e Divulgação. Os encaminhamentos mostravam que o congresso ocorreria na data estabelecida, e que todas as correntes sindicais e políticas estavam comprometidas com sua realização. Entretanto, na reunião da Comissão Nacional Pró-CUT do mês de junho, a Unidade Sindical trouxe à tona o questionamento do regimento interno e, entre outras alterações, propunha incluir na organização do congresso os dirigentes Joaquinzão, dos metalúrgicos, Magri, dos eletricitários, e representantes das confederações e federações oficiais, pois avaliavam que sem estes setores dificilmente o congresso aconteceria. O argumento foi duramente criticado pelo Novo Sindicalismo e visto como mais uma manobra da Unidade Sindical para conseguir a maioria do congresso e evitar a criação da Central Única dos Trabalhadores.

Mesmo tendo havido a recomposição no final da 1982, as divergências entre as várias correntes sobre as concepções políticas e sindicais nunca deixaram de existir. No final daquele ano ocorreram eleições para governadores, deputados, prefeitos e vereadores, quando os partidários da Unidade Sindical, PCB, PC do B e o MR 8, majoritariamente, apoiaram

o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido político de oposição moderada ao regime militar. Já os partidários do Novo Sindicalismo se aliaram ao Partido dos Trabalhadores (PT), de tendência mais radical, que defendia a ampliação das lutas e pedia o fim imediato da ditadura militar e o aprofundamento da democracia. Muitos dirigentes vinculados ao Novo Sindicalismo saíram candidatos, pelo Partido dos Trabalhadores, a diferentes cargos. Caso de Lula, candidato a governador de São Paulo. Nessas eleições, o PMDB conseguiu resultado expressivo, elegendo alguns governadores. O PT, por outro lado, conseguiu eleger apenas alguns poucos deputados federais, deputados estaduais e vereadores, a maioria oriunda do movimento sindical.

## CUT a caminho: as greves de julho de 1983

Terminadas as eleições, as discussões no meio sindical se voltaram sobre os rumos da economia brasileira, que vivia profunda crise. No início de dezembro de 1982, a Comissão Nacional Pró-CUT, em nota oficial, conclamou os trabalhadores a se mobilizarem contra a subserviência do governo:

à imposição exercida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de controle da economia brasileira para a continuidade do nosso endividamento externo e de um modelo de desenvolvimento dependente, que só beneficia os patrões, responsável pela situação de miséria em que sobrevive a imensa maioria de nossa população.<sup>44</sup>

A Comissão Nacional Pró-CUT repudiou as anunciadas medidas de alteração na política salarial, que provocaria arrocho salarial, recessão e desemprego. Como instrumento de luta, propôs a coleta de assinaturas em um abaixo-assinado *monstro* em torno do qual se daria início a mobilização dos trabalhadores. O abaixo-assinado seria entregue a várias autoridades, entre elas o general João Batista Figueiredo, presidente da República. Como forma de mobilização, as entidades sindicais deveriam promover panfletagens, assembléias e debates, e transformar o dia 14 de janeiro de 1983 em *Dia Nacional de Luta Contra o Arrocho Salarial*, quando deveriam ocorrer atos públicos e manifestações em todo o país. Em nenhum momento a nota oficial citou a possibilidade de os trabalhadores realizarem greves e paralisações, talvez porque as divergências entre as correntes sobre o tema eram bem profundas. O Novo Sindicalismo tinha como perspectiva para curto prazo a greve geral como instrumento de luta contra a política econômica e pelo fim do regime militar. Ainda que a greve geral fizesse parte da linha política das demais correntes, estas preferiam acumular forças, como, por exemplo, esperar a posse dos novos

<sup>44</sup> Nota oficial da Comissão Nacional Pró-CUT, Dezembro de 1982. Fundo Comissão Nacional Pró-CUT.

governos estaduais de oposição e, segundo as mesmas, fortalecer as organizações sindicais.

No final de janeiro de 1983, a política econômica de arrocho salarial se concretizou com a edição do decreto-lei 2.012, que alterava os mecanismos de reajuste dos salários. Por causa disso, a Executiva da Comissão Nacional Pró-CUT, na sua reunião de fevereiro, reconheceu que surgiram no meio sindical propostas de encaminhamento da greve geral, e que a discussão deveria ser aprofundada, o que não significava marcar data ou usá-la como simples ameaça, mas sim colocar concretamente a possibilidade, que poderia se dar com o reforço do plano de lutas, os abaixo-assinados, os atos de 22 de março, o 1º de Maio etc. Na reunião plenária de março a Comissão Nacional Pró-CUT preparou o dia 22, quando seria entregue o abaixo-assinado em Brasília. Também foram aprovadas as bandeiras do 1º de Maio unificado, que incluíam as palavras de ordem: pela construção da Central Única dos Trabalhadores e organização da greve geral.

Comparando-se as bandeiras às resoluções aprovadas na reunião de abril, percebe-se que a greve geral, não apareceu como eixo central do 1º de Maio. Sobre a greve geral o documento afirmava que o período de 15 de abril a 25 de junho seria de mobilização, luta, pressão dos trabalhadores e suas entidades sindicais para fortalecer a organização e criar as condições para deflagrá-la. Em outra reunião da Comissão Nacional Pró-CUT, em meados de junho, depois de novo decreto-lei do governo, o 2.024, que também arrochava os salários, foi aprovado que os trabalhadores deveriam discutir a preparação da greve geral no dia 25 de junho, quando estavam marcadas diversas manifestações.

Ao que tudo indica, as manifestadas intenções da Comissão Nacional Pró-CUT de iniciar a preparação da greve geral visava apenas manter a unidade entre as diversas correntes, ou seja, aceitava tratar do tema, como desejava o Novo Sindicalismo, e ao mesmo tempo postergava a marcação de uma data, como queria a Unidade Sindical. Enquanto isso, algumas categorias discutiam efetivamente o tema, como os petroleiros, que aprovaram a greve geral no seu Congresso Nacional de março. Avaliaram que era a forma de reagir contra a política econômica do governo. Em



junho, o Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, em Santos, também aprovou a greve geral da categoria caso o governo alterasse a legislação e concretizasse sua política de arrocho salarial. Em seguida, no início de julho, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema referendaram a proposta de greve geral no IV Congresso da categoria. A classe trabalhadora reagia à profunda crise econômica que elevou o custo de vida a patamares altíssimos. O governo, mais uma vez, buscava freá-la atendendo às recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), jogando o ônus da crise nos ombros dos trabalhadores.

Quando o governo federal editou outro decreto-lei, chamado *Pacote das Estatais*, cortando investimentos, salários e benefícios, restringindo empregos, ameaçando demitir e aumentando a rotatividade, os petroleiros de Paulínia, em São Paulo, e de Mataripe, na Bahia, cumpriram a decisão do seu congresso e decretaram greve. O governo também havia lançado outras medidas bastante impopulares, como o chamado pacote do BNH (Banco Nacional de Habitação), que reajustava a prestação da casa própria, e o expurgo do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), que arrochava ainda mais os salários. A greve dos petroleiros teve início no dia 6 de julho e foi seguida pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que tinham terminado o seu IV Congresso um dia antes, na cidade de Piracicaba, próxima a Paulínia. No retorno, pararam na refinaria na qual os petroleiros se concentravam, prestaram solidariedade e saíram dali para promover a chamada greve arrastão na região do ABC, paralisando mais de 100 mil trabalhadores. A reação do governo foi imediata, com mobilização do Exército, polícias estaduais e intervenções nos sindicatos dos petroleiros de Paulínia e Mataripe e nos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Dos dias 6 a 10 de julho, os trabalhadores tiveram contato efetivo com o *cassetete democrático*, manejado pela polícia estadual de São Paulo, governado por Franco Montoro, eleito pela oposição e apoiado por setores da Unidade Sindical. Esse mesmo governo havia acenado que apoiaria o Conclat na capital paulista, com infra-estrutura para as plenárias, alojamento e transportes. Mas, cedendo a pressões, o apoio não se efetivou.

As avaliações do estopim de greve geral iniciada em 6 de julho de

1983 variam de acordo com as convicções sindicais e políticas dos militantes. Alguns consideraram que a greve pegou as demais categorias profissionais de surpresa, e muitas não estavam preparadas para acompanhar o movimento. Além disso, a repressão policial e as intervenções nos sindicatos dos petroleiros e metalúrgicos inibiram outras categorias de aderir à greve. Outros ainda avaliaram que a não extensão para uma greve geral de fato deveu-se às manobras de setores da Unidade Sindical para desmobilizar o movimento, principalmente o PCB, que, a partir do Secretariado da Comissão Nacional Pró-CUT convocou para o dia 9 de julho reunião nacional de entidades sindicais, envolvendo confederações e federações oficiais, associações nacionais de funcionários de estatais e sindicatos que estavam fora da Pró-CUT, a fim de dar outros rumos à luta em curso. Outra avaliação desse momento concluiu que os setores combativos apostavam intensamente na unidade do movimento sindical e por isso ficavam reféns da política da Unidade Sindical e dos chamados setores reformistas.

No dia 9 de julho, na parte da manhã, os sindicatos combativos, cujas categorias tinham entrado em greve, se reuniram no Sindicato dos Bancários de São Paulo e avaliaram que a continuidade não era mais possível. Decidiram que participariam, à tarde, da reunião no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo com intuito de saírem dali com a data da greve geral marcada. Da reunião participaram dirigentes da Comissão Nacional Pró-CUT, representações dos trabalhadores em empresas estatais, federações e sindicatos, em um total de 138 entidades, que decidiram marcar a greve geral para o dia 21 de julho de 1983. Para dirigir o movimento formou-se uma Comissão de Greve composta por 20 sindicalistas, sendo dez deles membros da Comissão Nacional Pró-CUT, divididos entre Unidade Sindical e Novo Sindicalismo. Os outros dez membros eram dirigentes de federações e sindicatos. Entre eles estavam Joaquinção, dos metalúrgicos de São Paulo, e Magri, dos eletricitários de São Paulo. Havia algum tempo a Unidade Sindical insistia em engrossar a Comissão Nacional Pró-CUT com esses dirigentes, procurando controlar o movimento dos trabalhadores, submetendo-o à estrutura sindical oficial, obtendo, assim, a sua hegemonia. Entretanto, como não obtiveram sucesso, traçaram a política



Comissão Nacional Pró-Central Única de Trabalhadores e DIVERSOS SINDICATOS

## CONVOCAM

# GREVE GERAL

## DIA 21, POR 24 HORAS

Com essa greve, nós trabalhadores vamos deixar claro para o Governo e para os patrões, que não vamos mais aceitar pacotes e outras medidas que só servem para aumentar mais a exploração.

Chega de pacotes. Ninguém agüenta mais.

Não vamos pagar a crise econômica, cujos responsáveis são unicamente o Governo e as empresas subordinadas ao FMI.

Nós vamos exigir:

- Fim das intervenções e devolução dos sindicatos de Campinas, Bahia e São Bernardo
- Fora o pacote das estatais -- Decreto lei 2036
- Fim do roubo no INPC -- contra os decretos do arrocho - 2012, 2024 e 2045.
- Revogação do Pacote do BNH
- Congelamentos dos preços de 1ª necessidade
- Criação de empregos, salário dcsemprego
- Estabilidade
- Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários
- Reforma agrária
- Fora o FMI

de criar a Comissão de Greve com o objetivo de esvaziar a Comissão Nacional Pró-CUT. A tática teria sido concebida pelo PCB, e estava coerente com sua política de não se contrapor frontalmente ao regime militar e não desgastar os governos opositores nos Estados, assumidos em março. Apostavam no acúmulo de forças, no chamado avanço democrático, e até mesmo no fracasso da criação da CUT naquele momento. Com essa Comissão de Greve evitavam o chamamento aberto de uma greve geral, palavra de ordem que tinha ganhado corpo dentro da Comissão Nacional Pró-CUT, e conseguiam transformar o 21 de julho em *Dia Nacional de Greve com Manifestações*, ainda que não fosse a sua política. Mas alguma mobilização teria que ser aprovada contra as políticas governamentais, pois a greve do início de julho havia demonstrado a vontade de luta dos trabalhadores pela manutenção dos seus direitos.

Portanto, o dia 21 de julho começou a ser organizado de diferentes formas pelas entidades sindicais e organizações políticas e populares. Enquanto a Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo convocava a greve geral com manifestações, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo convocava um dia de paralisação, insistindo que era apenas de 24 horas, e todos deveriam permanecer em casa. Apesar das divergências, setores combativos reconheceram que o presidente dos Metalúrgicos de São Paulo convocou efetivamente a greve. Na verdade, Joaquinão foi empurrado para assumir a direção do movimento pelos diretores do seu sindicato, que eram do PCB e se posicionaram contrários à posição oficial do partido. O PCB defendia, no máximo, as manifestações de rua. E isso ocorreu no Rio de Janeiro, onde a Unidade Sindical e seus sindicatos convocaram os trabalhadores e a população para uma grande passeata apoiada e incentivada pelo governador Leonel Brizola. As outras correntes e partidos, como a Anamos, o PT, as organizações de extrema-esquerda e os militantes do PC do B, conhecidos como *tribuneiros*, denominação originada do jornal Tribuna da Luta Operária, convocaram a greve em todos os Estados e categorias profissionais nas quais tinham intervenção. O governo federal também se preparava para enfrentar o dia 21 de julho com a mobilização das forças militares, reprimindo a convocação, prendendo militantes e dirigentes e invadindo sedes de sindicatos ainda antes da greve. Na ta-

refa contava com o efetivo policial dos Estados, inclusive os governados, como dizia a Unidade Sindical, *pelas forças oposicionistas democráticas*, mas que não titubeavam em reprimir os movimentos sociais.

Mesmo com as divergências, a greve geral de 21 de julho foi considerada importante movimento na história da classe trabalhadora brasileira. Segundo avaliações de membros da Pró-CUT, a partir de levantamentos nos Estados, 2 milhões de trabalhadores participaram diretamente da greve e manifestações, e outras 40 milhões de pessoas tiveram as atividades afetadas, principalmente por paralisações nos meios de transportes. No Estado de São Paulo se registrou o maior índice de adesão, com destaque para a região do ABC, a capital paulista e algumas importantes cidades do interior. Em São Paulo, o *cassetete democrático*, da polícia controlada pelo oposicionista Franco Montoro, também trabalhou bastante, impedindo manifestações, espancando e prendendo trabalhadores<sup>45</sup>. O governo federal, por sua vez, interveio nos Sindicatos dos Metroviários e Bancários de São Paulo. Em Santos, onde a Unidade Sindical presidia o Sindicato dos Metalúrgicos com Arnaldo Gonçalves, membro do PCB e da Comissão de Greve, não houve greve e tampouco manifestações. Em outros Estados aconteceram greves e manifestações no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Goiás. No Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraíba e no Distrito Federal ocorreram apenas manifestações. Nos demais Estados, as manifestações foram pontuais e localizadas, em decorrência da repressão policial e fragilidade organizativa do movimento sindical. Onde o Novo Sindicalismo tinha maior influência ocorreram greves e manifestações, e nos Estados com maioria da Unidade Sindical aconteceram no máximo manifestações. Em alguns nem estas ocorreram, pois não faziam parte da política traçada pelo PCB.

<sup>45</sup> “Quanto à questão da repressão, nós acreditamos que a metade estava em S. Bernardo e Diadema, porque lá a repressão foi violenta mesmo. A única vantagem é que o cassetete lá é democrático, hoje nós apanhamos com os cassetetes do Montoro ..... houve confrontos diretos com a polícia durante todo o dia. O que aconteceu é que depois das 5 horas, 6 horas, a polícia armou um esquema de vir em arrastão, eles aprenderam com nós, a nossa greve ..... na base do arrastão, eles vieram também na base do arrastão, prendendo todo mundo que estava na frente, era criança .... inclusive às 8 horas da noite tinham 40 crianças presas, de menor, menor de 16, 14 anos estavam presos, porque a polícia ia no arrastão, jogando todo mundo no camburão e levando para a delegacia”. Depoimento de dirigente sindical de São Bernardo do Campo. Dossiê Greve Geral de 21 de Julho de 1983, Fundo Comissão Nacional Pró-CUT.



*Plenária de delegados no Conclat 1983. Acervo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, Secretaria de Educação e Cultura, Serviço de Memória e Acervo.*

## Nasce a CUT

As greves de julho foram acontecimentos decisivos para os rumos do Conclat. A Comissão Nacional Pró-CUT discutiu a possibilidade de greve geral durante todo o primeiro semestre de 1983, e no momento da definição ficou esvaziada e submetida à Comissão de Greve, que tinha o presidente dos Metalúrgicos de São Paulo como um dos seus principais dirigentes. Com o apoio da Unidade Sindical, Joaquinzão convocou e dirigiu a reunião de avaliação da greve geral de 21 de julho, logo após o seu término. Na reunião, os sindicalistas que tiveram papel relevante para o sucesso da greve acabaram em segundo plano, e o destaque maior acabou sendo dado ao dirigente metalúrgico. Isso foi visto com desconfiança pelos militantes mais combativos. Avaliavam que as posições da Unidade Sindical sobre a greve geral e a criação da CUT eram dúbias, concluindo que não seria estranho se surgisse novamente a discussão sobre o adiamento do congresso. Também havia insinuações que organismos do governo tinham interesses em transformar Joaquinzão no grande líder nacional dos trabalhadores. Por esse motivo, militantes vinculados aos setores mais combativos se preparavam para o Conclat em agosto, conforme já estava decidido.

O final de julho e o início de agosto de 1983 foram de intensas articulações, com muitas reuniões das várias correntes sindicais e políticas sobre o Conclat. Em um desses encontros, Abdias José dos Santos, dirigente dos metalúrgicos de Niterói, afirmou que “se houver um grupo abusado, atrevido, que banque o Conclat, terá. Senão, babau...”<sup>46</sup>. O posicionamento pelo congresso em agosto era consenso dentro do Novo Sindicalismo. Seus membros decidiram viabilizá-lo de qualquer maneira. No início de agosto, dirigentes da Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo e os membros da Comissão Nacional Pró-CUT de São Paulo, vinculados a esse grupo, assu-

---

<sup>46</sup> Transcrição de fita com avaliação da greve. Dossiê Greve Geral de 21 de Julho de 1983, Fundo Comissão Nacional Pró-CUT.

miram toda a organização do congresso. A Secretaria Administrativa foi instalada no Sindicato dos Químicos de São Paulo, para onde as entidades que participariam do congresso deveriam enviar as fichas de inscrições e outros documentos. Outras comissões de trabalho foram criadas e o congresso começou a ser organizado para acontecer em São Bernardo do Campo, cujo governo municipal, administrado por Aron Galante, daria apoio e infra-estrutura ao evento. A nova Secretaria Administrativa, coordenada por Gilmar Carneiro, dos bancários de São Paulo, solicitou ao Secretariado da Comissão Nacional Pró-CUT, que funcionava no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, vinculado ao grupo da Unidade Sindical, a transferência de todos os documentos arquivados e relacionados à Comissão. Como era esperado, houve dificuldades em obter esses documentos, sendo enviadas apenas fotocópias de partes das fichas de pré-inscrição e inscrição<sup>47</sup>.

Enquanto o Novo Sindicalismo e aliados viabilizavam o congresso, o PCB e a Unidade Sindical mantinham a política de esvaziamento da Comissão Nacional Pró-CUT. Em carta de 28 de julho, Ivan Pinheiro, assinando pelo Secretariado, comunicava, para 6 de agosto, em São Paulo, reunião convocada pela Comissão Nacional Pró-CUT, convidando federações, intersindicais, o Secretariado Nacional das Estatais e outras entidades sindicais. Emblematicamente, a reunião seria no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e somente depois dela, no dia seguinte, 7 de agosto, haveria, no mesmo local, a Plenária da Comissão Nacional Pró-CUT, para discutir o Conclat. Na plenária, os membros de São Paulo que pertenciam à Comissão Organizadora distribuíram o termo de apoio à infra-estrutura para a realização do Conclat, assinado pelo prefeito de São Bernardo do Campo. Também informaram que o congresso teria o apoio do Estado, com a cessão de escolas para alojamento, transportes e ajuda financeira<sup>48</sup>. Ainda assim, os setores que defendiam a vinculação do movimento

<sup>47</sup> No Fundo Comissão Nacional Pró-CUT preservado no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT constam fotocópias de documentos que estavam com o antigo Secretariado no Rio de Janeiro. Os documentos relativos à Secretaria de Finanças, que funcionava na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro, não foram encaminhados, e depois do congresso os dirigentes do Novo Sindicalismo afirmavam que não houve nenhuma prestação de contas.

<sup>48</sup> Mesmo tendo se comprometido publicamente em apoiar o congresso, o governo estadual de São Paulo não liberou a verba prometida, e somente na última hora autorizou o uso de algumas escolas estaduais como alojamentos.



sindical à estrutura oficial, para conquistar a hegemonia do sindicalismo brasileiro, conforme avaliava o Novo Sindicalismo, levantavam mais uma vez o adiamento do Conclat.

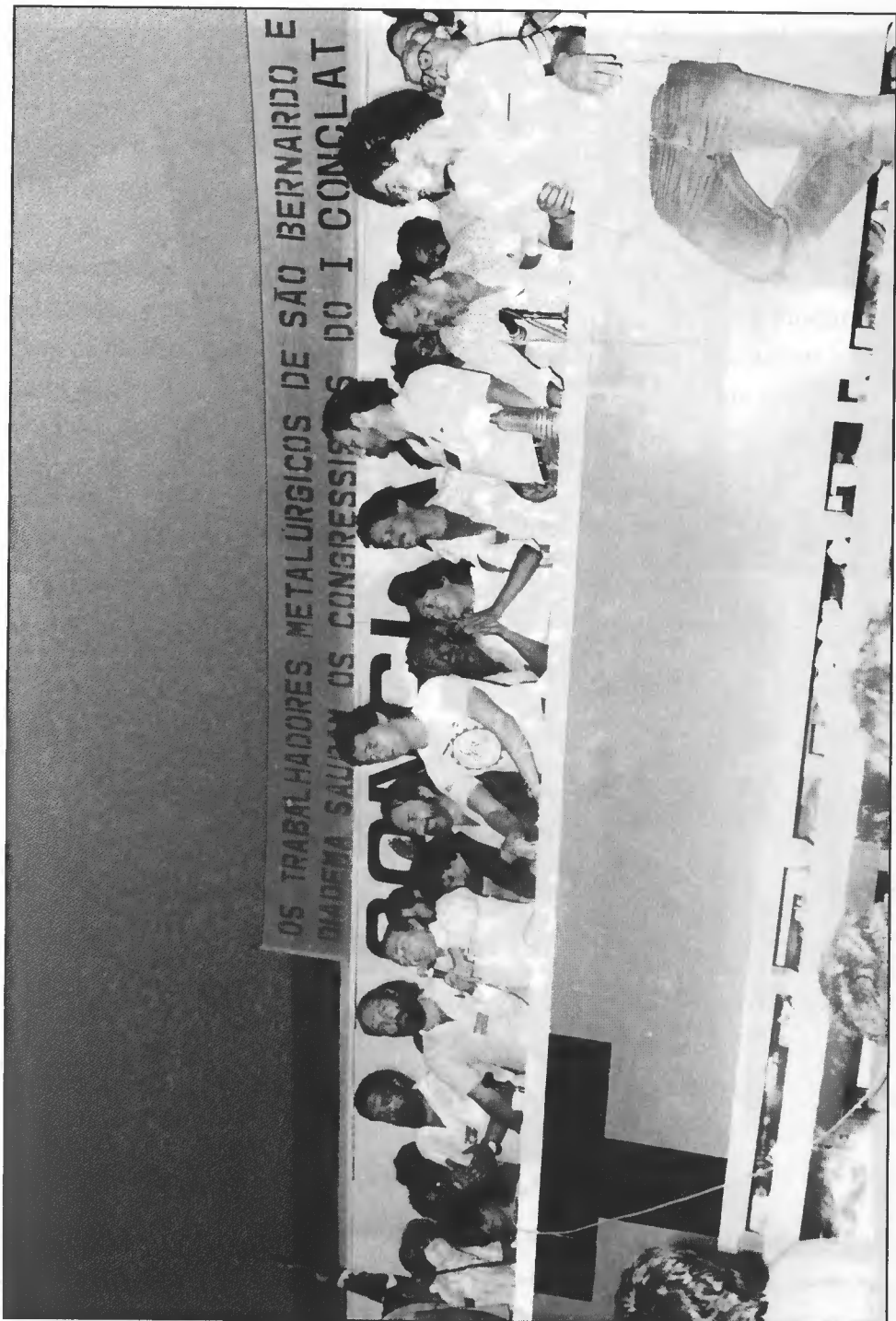
No dia 11 de agosto de 1983, em nova reunião da Comissão Nacional Pró-CUT, se deu o desenlace previsto por muitos sindicalistas e analistas mais atentos. A Unidade Sindical e seus aliados propunham o adiamento do Conclat, enquanto o Novo Sindicalismo e aliados garantiam-no de qualquer maneira. Nos dias seguintes, dois documentos passam a circular nos meios sindicais brasileiros. O primeiro afirmava que para possibilitar a participação do maior número possível de expressivos setores do movimento sindical, que encontravam dificuldades em atender à convocação feita para os dias 26, 27 e 28 de agosto, o Conclat deveria ser adiado por um prazo em torno de 60 dias, e concluía propondo reunião ampliada do movimento sindical brasileiro nos dias 20 e 21 de agosto de 1983, na sede da Contag, em Brasília. Assinavam o documento dirigentes da Unidade Sindical, Contag e sindicalistas vinculados ao PCB, PC do B e MR 8, os mesmos que estiveram à frente do adiamento do congresso no ano anterior. O segundo documento comunicava alguns encaminhamentos concretos já dados para o Conclat nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983. Informava que aconteceria no Centro de Convenções Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, e em seguida constava uma série de considerações sobre aspectos organizativos. O documento era assinado por dirigentes do Novo Sindicalismo e da Anampos, sindicalistas vinculados ao PT e às organizações de extrema-esquerda, os mesmos que estiveram contra o adiamento do congresso no ano anterior. Durante quase um ano, por mais declarações de intenções que os dirigentes sindicais fizessem pela unidade do movimento sindical brasileiro, o que estava sendo adiado era a sua divisão, pois as concepções sindicais e políticas entre os dois blocos se mostravam inconciliáveis.

Nos dias posteriores, os que propuseram o adiamento do congresso buscaram desmobilizar a presença de representações de centrais sindicais de outros países, procurando evitar que a Central Única dos Trabalhadores obtivesse reconhecimento no cenário internacional, pois era evidente que ela seria fundada. Do outro lado, o Novo Sindicalismo mantinha o congres-

so, reafirmava o convite e pedia a confirmação de presença das centrais internacionais. No dia 16 de agosto, em nova circular às entidades sindicais brasileiras, a Comissão Organizadora conclamava todos os trabalhadores delegados do campo e da cidade a participarem do Conclat. Enquanto em todo o Brasil centenas de entidades sindicais elegiam delegados e se preparavam para ir ao Conclat, em São Bernardo do Campo, as confederações, federações e sindicatos alinhados com a Unidade Sindical se reuniram no dia 21 de agosto, em Brasília, e deliberaram marcar o congresso para dias 4, 5 e 6 de novembro na Praia Grande, em São Paulo. Estava consolidada a divisão do movimento sindical brasileiro.

A partir do dia 23 de agosto começam a chegar a São Bernardo delegações de várias partes do Brasil para participar do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, o Conclat. Como na conferência anterior, em 1981, na Praia Grande, eram esperados aproximadamente 4 mil delegados. Mas quando os trabalhos foram abertos, na tarde do dia 26 de agosto, mais de 5 mil delegados estavam presentes, representando 12 milhões de trabalhadores da cidade e do campo. Verdadeiro êxito, segundo os organizadores, pois a conferência de Praia Grande tinha sido evento unificado do movimento sindical, enquanto o congresso de São Bernardo do Campo reunia apenas parte do sindicalismo brasileiro. Outro dado é que na discussão do adiamento do congresso, em 1982, durante o mandato da primeira direção da Comissão Nacional Pró-CUT, dois terços dos seus membros foram favoráveis ao adiamento. A situação havia se invertido, e na abertura do Conclat, em São Bernardo do Campo, mais de dois terços dos membros da Comissão Nacional Pró-CUT estavam presentes, representando clara mudança na posição política de alguns dirigentes e derrota da Unidade Sindical e aliados.

Os dois dias seguintes do congresso foram dedicados às Comissões de Trabalho e às Plenárias, quando os delegados discutiram o plano de lutas, o plano de ação e a Central Única dos Trabalhadores. Finalmente, depois de um período de intensas disputas, no dia 28 de agosto de 1983 os delegados aclamaram a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), aprovaram o estatuto e elegeram a Direção Nacional Colegiada, coordenada pelo metalúrgico Jair Meneguelli, do sindicato de São Bernardo



*Mesa de abertura do Conclat que fundou a CUT em 1983. Acervo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, Secretaria de Educação e Cultura, Serviço de Memória e Acervo.*



Jair Meneguelli discursando no Conclat 1983. Acervo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, Secretaria de Educação e Cultura, Serviço de Memória e Acervo.

do Campo e Diadema<sup>49</sup>. A Unidade Sindical e seus aliados, por sua vez, organizaram outro congresso, em novembro daquele ano, na Praia Grande, quando criaram a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora, a qual deram o nome de Conclat<sup>50</sup>. Em 1984, a Central Única dos Trabalhadores realizou o seu primeiro congresso, mais uma vez em São Bernardo do Campo. Em 1986, a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora promoveu novo congresso e fundou a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Muitas entidades sindicais ficaram fora desse processo e até tentaram buscar outros caminhos, mas sem a repercussão e a amplitude que alcançou a disputa entre o Novo Sindicalismo e a Unidade Sindical, e depois entre a CUT e a CGT, pela hegemonia do movimento sindical brasileiro, durante toda a década de 1980.

---

<sup>49</sup> O relato do dia-a-dia do Congresso está descrito no livro I Conclat, publicado pela CUT em 1984.

<sup>50</sup> Ao longo desse período a sigla Conclat teve vários significados:

- a) Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, ocorrida nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981, na Praia Grande.
- b) Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, ocorrido nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo.
- c) Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, ocorrido nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 1983, na Praia Grande.
- d) Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora, eleita no Congresso de novembro de 1983, na Praia Grande.
- e) II Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, ocorrido nos dias 21, 22 e 23 de março de 1986, na Praia Grande.



## Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Laís Wendel. SILVA, Roque Aparecido. “O Movimento Sindical Metalúrgico em São Paulo: 1978 – 1986” in NEDER, Ricardo Toledo (Org.). Automação e Movimento Sindical no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, Cedec. OIT/PNUD/IPEA. 1988.
- ANTUNES, Ricardo. A Rebelião do Trabalho. O Confronto Operário no ABC Paulista. As Greves de 1978 – 80. São Paulo: Editora Ensaio - Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1988.
- AZEVEDO, Dermi. (Org). “A História da Oposição Metalúrgica” in Revés do Averso: Revista do Cepe, edição especial, São Paulo, Ano 15, N.º 4 e 5, Abril/Maio de 2006.
- FREDERICO, Celso. A Vanguarda Operária. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.
- GIANOTTI, Vito. NETO, Sebastião. CUT, Por Dentro e Por Fora. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1990.
- História dos Metalúrgicos de São Caetano. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário no ABC, 1987.
- HUMPHREY, John. Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira. Fazendo Milagre. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1982.
- IBRAHIM, José (Apres.). Perspectivas do Novo Sindicalismo. São Paulo: Edições Loyola – Cedac, 1980.
- NEVES, Magda Maria Bello de Almeida. BRANDÃO, Maria Regina Nabuco (Coord.). A Trajetória do Novo Sindicalismo em Minas Gerais. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte (MG): PUC Minas. Instituto de Relações do Trabalho, 1999 (impresso).
- OLIVA, Aloizio Mercadante (Coord.). Imagens da Luta: 1905 – 1985. São Bernardo do Campo (SP): Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos, 1987.

- Pastoral Operária, 10 anos a Serviço da Classe Trabalhadora: 1976 – 1986. Duque de Caxias (RJ): Secretariado Nacional da Pastoral Operária, 1987.
- RAINHO, Luís Flavio. BARGAS, Osvaldo Martines. As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo: 1977 – 1979. São Bernardo do Campo (SP): Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.
- Resoluções da Conclat e dos Congressos e Plenárias da CUT. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores – Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003.
- Revista 59 anos de luta: 1933 – 1992. Santo André (SP): Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, 1992.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e Política. A Trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997.
- Tudo Sobre a Conclat. A Caminho da Central Única. São Paulo: Comissão Nacional Pró-CUT, 1981.
- I Conclat: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 1984.

## Fontes Primárias

- Aconteceu. Fatos Destacados da Imprensa. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), 1979 – 1981.
- A Caminho da CUT. Boletim da Comissão Sindical Pró-CUT do Estado de São Paulo. São Paulo, 1982 – 1983.
- Boletim Pró-CUT. Órgão oficial da Comissão Nacional Pró-CUT, Rio de Janeiro, 1982.
- Cara a Cara. Revista Semestral do Centro de Estudos Everardo Dias. Campinas (SP), Ano I, N.º 2, julho a dezembro de 1978.
- Documento de Monlevade. João Monlevade (MG), Fevereiro de 1980.



Documento de São Bernardo. Taboão da Serra (SP), Julho de 1980.

Documento de Vitória. Vitória (ES), Junho de 1981.

Dossiê CPV, Autonomia Sindical. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1985.

Folha de S. Paulo, Novembro e Dezembro de 1977.

Fundo Comissão Executiva Nacional da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. Cedoc-CUT.

Fundo Comissão Nacional Pró-CUT. Cedoc-CUT

Fundo Entoes - Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical. Cedoc-CUT

Jornal do Conclat, São Bernardo do Campo (SP), 1983.

Tribuna Metalúrgica, São Bernardo do Campo (SP), 1977 – 1979.

I Congresso da Oposição Metalúrgica. Teses Aprovadas. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1979.



# ANEXOS



# Conclamação para participação na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora\*

Aos trabalhadores brasileiros

Neste ano de 1981, a pressão de uma gravíssima recessão econômica, voltada para manter os interesses das poderosas empresas multinacionais e os grupos monopolistas nacionais, provoca crescente sofrimento da classe trabalhadora brasileira.

Os trabalhadores têm sido historicamente marginalizados da vida política brasileira. Vivem sufocados por baixos salários, muitas vezes sem as mínimas condições de trabalho.

Não bastasse a contínua perda no poder aquisitivo do salário, os trabalhadores brasileiros enfrentam agora o desemprego, a redução da jornada de trabalho com redução de salário, rotatividade no emprego. E os trabalhadores do campo continuam sem terra e sendo expulsos para as cidades.

Fato importante nas lutas dos trabalhadores, hoje, é a disposição para enfrentar esta ofensiva do governo e dos patrões frente às conseqüências dessa política recessiva.

Os trabalhadores da Volks de São Bernardo disseram não à redução da jornada de trabalho com redução de salário, os Primeiros de Maio aconteceram expressivamente em todo o Brasil, centrados na luta contra o desemprego e pela estabilidade. Mais recentemente, a greve de mais de 3.000 trabalhadores da Fiat Diesel contra o desemprego e pela readmissão dos trabalhadores naquela empresa, com estabilidade de um ano, reforça a disposição de defender seus interesses.

Justamente neste momento em que os trabalhadores provam seu espírito de luta, as 183 entidades abaixo assinadas, reunidas em São Paulo no dia 21 de março de 1981, conclamam todos os trabalhadores brasileiros

---

\* Mantivemos os nomes das entidades como aparecem no documento original.

que vivem na cidade e no campo a participar da 1a Conclat, que se realizará nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981 no estado de São Paulo.

Realizando reuniões nas fábricas, fazendas, oficinas, em lojas e escritórios, preparando assim uma grande Conclat!

Pela estabilidade no emprego

Contra o desemprego e a redução da jornada de trabalho com redução de salários

Contra a política recessiva do governo e dos patrões

Pela unidade dos trabalhadores da cidade e do campo

Pela reforma agrária

Pela realização da 1a Conclat

Na luta por essas bandeiras, estaremos contribuindo para a democracia no Brasil.

São Paulo, 21 de março de 1981.

#### **SINDICATOS**

##### **Alagoas**

1. Jornalistas de Alagoas
2. Radialistas de Alagoas
3. Urbanas de Alagoas

##### **Bahia**

1. Eletricitários da Bahia
2. Petroleiros da Bahia
3. Professores da Bahia

##### **Ceará**

1. Rurais de Morada Nova
2. Rurais de Basso

##### **Distrito Federal**

1. Bancários de Brasília
2. Jornalistas de Brasília
3. Médicos de Brasília
4. Professores de Brasília

##### **Espírito Santo**

1. Bancários do Espírito Santo
2. Construção Civil de Vitória
3. Jornalistas do Espírito Santo
4. Médicos do Espírito Santo

##### **Goiás**

1. Jornalistas de Goiás
2. Professores de Goiás
3. Rurais de Bela Vista
4. Rurais de Itapuranga
5. Rurais de Nova Veneza
6. Rurais de Uruana
7. Turismo e Hospitalidade

##### **Minas Gerais**

1. Assistentes Sociais de Minas Gerais
2. Construção Civil de Belo Horizonte
3. Energia Elétrica de Belo Horizonte
4. Engenheiros de Minas Gerais
5. Jornalistas de Juiz de Fora
6. Médicos de Belo Horizonte
7. Metalúrgicos de Acesita
8. Metalúrgicos de Betim
9. Metalúrgicos de Belo Horizonte
10. Metalúrgicos de Sabará
11. Professores de Minas Gerais
12. Radialistas de Belo Horizonte
13. Rurais de Januária
14. Rurais de Manga
15. Telecomunicações de Minas Gerais

## Paraná

1. Construção Civil de Curitiba
2. Economistas do Paraná
3. Gráficos de Curitiba
4. Metalúrgicos de Ponta Grossa
5. Metalúrgicos do Paraná
6. Petroleiros do Paraná
7. Professores de Londrina
8. Senalba de Ponta Grossa

## Pará

1. Minérios do Pará

## Pernambuco

1. Contabilistas de Pernambuco
2. Rurais de Carpina, Lagoa e Itaenga
3. Rurais de Paudalho
4. Securitários de Pernambuco
5. Urbanas de Pernambuco

## Rio de Janeiro

1. Alfaiates do Rio de Janeiro
2. Artistas e Técnicos do Rio de Janeiro
3. Bancários de Niterói
4. Bancários do Rio de Janeiro
5. Calçados do Rio de Janeiro
6. Condutores de Veículos de Caxias e Magé
7. Engenheiros do Rio de Janeiro
8. Médicos de Niterói
9. Médicos do Rio de Janeiro
10. Metalúrgicos de Campos
11. Metalúrgicos de Niterói
12. Metalúrgicos de São Gonçalo
13. Metalúrgicos de Três Rios
14. Metalúrgicos do Rio de Janeiro
15. Petroleiros de Duque de Caxias
16. Petroquímicos de Duque de Caxias
17. Professores do Rio de Janeiro
18. Psicólogos do Rio de Janeiro
19. Químicos de Cabo Frio
20. Químicos do Rio de Janeiro
21. Radialistas do Rio de Janeiro
22. Rodoviários do Rio de Janeiro
23. Senalba do Rio de Janeiro
24. Sindicato Nacional dos Aeronautas
25. Vidreiros do Rio de Janeiro

## Rio Grande do Sul

1. Alimentação de Caxias do Sul
2. Arquitetos do Rio Grande do Sul
3. Bancários de Porto Alegre
4. Bebidas de Porto Alegre
5. Engenheiros do Rio Grande do Sul
6. Energia Elétrica do Rio Grande do Sul
7. Jornalistas de Porto Alegre
8. Metalúrgicos de Caxias do Sul
9. Metalúrgicos do Rio Grande do Sul
10. Trabalhadores Ind. Art. de Couro e Plásticos do Rio Grande do Sul
11. Trabalhadores Ind. de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul
12. Vestuário de Porto Alegre

## Santa Catarina

1. Comerciantes de Criciúma
2. Comerciantes de Itajaí
3. Comerciantes de Joaçaba
4. Economistas de Santa Catarina
5. Eletricistas de Tubarão
6. Trabalhadores Oficinas Mecânicas de Joinville

## São Paulo

1. Aeroviários de São Paulo
2. Arquitetos de São Paulo
3. Artefatos de Borracha de São Paulo
4. Artistas de São Paulo
5. Bancários de Campinas
6. Bancários de Santo André
7. Bancários de São Paulo
8. Condutores de Veículos de São Paulo
9. Desenhistas e Projetistas de São Paulo
10. Energia Elétrica de São Paulo
11. Energia Hidroelétrica de Campinas
12. Engenheiros de São Paulo
13. Fiação e Tecelagem de São Paulo
14. Gráficos de São Paulo
15. Hípicos de São Paulo
16. Joalheiros de São Paulo
17. Jornalistas de São Paulo
18. Médicos de São Paulo
19. Metalúrgicos de Guarulhos
20. Metalúrgicos de Santo André
21. Metalúrgicos de Santos
22. Metalúrgicos de São Bernardo do Campo
23. Metalúrgicos de São Caetano
24. Metalúrgicos de São Paulo
25. Metroviários de São Paulo
26. Minérios e Combustíveis de Santo André
27. Operários Portuários de Santos
28. Padeiros de São Paulo
29. Petroleiros de Campinas e Paulínia
30. Petroleiros de Cubatão
31. Químicos de Campinas
32. Químicos de Guarulhos
33. Químicos de Santo André
34. Químicos de São Paulo
35. Químicos de Suzano
36. Rurais de Batatais
37. Rurais de Cravinhos
38. Rurais de Populina
39. Rurais de Santa Bárbara
40. Senalba de São Paulo
41. Telecomunicações de São Paulo
42. Trabalhadores de Pombal
43. Urbanas de Santos
44. Vidreiros de São Paulo

## FEDERAÇÕES

1. Federação dos Empregados no Comércio de Santa Catarina
2. Federação dos Metalúrgicos de Santa Catarina
3. Federação dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro
4. Federação dos Profissionais em Enfermagem de Santa Catarina
5. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul
6. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro
7. Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais
8. Federação Nacional dos Estivadores
9. Federação Nacional dos Jornalistas
10. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo
11. Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Espírito Santo
12. Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná

13. Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo
14. Federação dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos de São Paulo

### **ASSOCIAÇÕES**

1. Aposentados do Rio de Janeiro
2. Aposentados Metalúrgicos de São Paulo
3. Assistentes Sociais de São Paulo
4. Assistentes Sociais do Espírito Santo
5. Assistentes Sociais do Rio de Janeiro
6. Cearense dos Psicólogos
7. Centro dos Professores do Rio de Janeiro
8. Centro dos Professores de Goiás
9. Conselho de Entidades de Aposentados de São Paulo
10. Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro
11. Empregados Autônomos do Comércio do Rio Grande
12. Funcionários do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo
13. Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
14. Professores da Universidade Católica de Goiás
15. Professores do Estado do Ceará
16. Professores do Estado do Pará
17. Professores Universitários de Maringá
18. Profissional dos Metalúrgicos de Indaial – Santa Catarina
19. Profissional dos Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro
20. Servidores da Universidade de Campinas
21. Servidores da Universidade de São Paulo
22. Sociólogos de São Paulo
23. Sociólogos do Brasil
24. Sociólogos do Distrito Federal
25. Sociólogos do Rio Grande do Sul
26. Unate
27. União Nacional dos Servidores Públicos do Brasil
28. União dos Trabalhadores em Ensino de Minas Gerais
29. União dos Trabalhadores do Banco Central



# Comissão Executiva Nacional da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

21 de março a 21 de agosto de 1981

## **Alagoas**

**Carlos Pompe**

*Sindicato dos Radialistas de Alagoas*

## **Bahia**

**Gonçalo Santos de Melo**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Destilação e Refinação de Petróleo da Bahia*

## **Brasília**

**Armando Rolemberg**

*Federação Nacional dos Jornalistas*

## **Ceará**

**João Mendes Maia**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morada Nova*

## **Espírito Santo**

**Rogério Medeiros**

*Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo*

## **Goiás**

**Nelson de Assis Telles**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista de Goiás*

## **Minas Gerais**

**Anísio Pereira Soares**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manga*

**Antônio Moreira de Carvalho Neto**

*Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais*

**João Soares da Silveira**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem*

**Guilherme Tell F. Gomes**

*Sindicato dos Professores de Minas Gerais*

## **Pará**

**Venize Rodrigues**

*Associação dos Professores do Pará*

## **Pernambuco**

**Edvaldo Gomes de Souza**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Pernambuco*

## **Rio de Janeiro**

**Eraldo Lírio de Azeredo**

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro*

**Ivan Pinheiro**

*Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro*

**João Carlos de Araújo Santos**

*Sindicato dos Petroquímicos de Duque de Caxias*

**Jorge Bittar**

*Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro*

**Oswaldo Pimentel**

*Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro*

## **Rio Grande do Sul**

**João Paulo Marques**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre*

**Lauro Hagemann**

*Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre*

**Olívio Dutra**

*Sindicato dos Bancários de Porto Alegre*

## **Santa Catarina**

**Adelcino Pereira**

*Federação dos Metalúrgicos de Santa Catarina*

**Francisco Alano**

*Federação dos Trabalhadores no Comércio de Santa Catarina*

## **São Paulo**

**Antônio Crispim da Cruz**

*Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos*

**Arnaldo Gonçalves**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Santos*

**Edson Barbeiro Campos**

*Sindicato dos Bancários de São Paulo*

**Hugo Perez**

*Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo*

**Joaquim dos Santos Andrade**

*Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*

**Luiz Inácio da Silva (Lula)**

*Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema*

**Raimundo Rosa de Lima**

*Sindicato dos Trabalhadores em Panificação de São Paulo*

## **Subcomissões Executivas**

### **Subcomissão de Finanças**

**Arnaldo Gonçalves**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Santos*

**Luiz Inácio da Silva (Lula)**

*Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema*

### **Subcomissão de Organização**

**Joaquim dos Santos Andrade**

*Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*

**Raimundo Rosa de Lima**

*Sindicato dos Trabalhadores em Panificação de São Paulo*

### **Subcomissão de Secretaria e Divulgação**

**Edson Barbeiro Campos**

*Sindicato dos Bancários de São Paulo*

**Hugo Perez**

*Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo*



# Comissão Nacional Pró-CUT\*

23 de agosto de 1981 a 28 de agosto de 1982

## Acre

Manoel Pacífico da Costa

*Associação dos Professores do Acre*

## Alagoas

Arlindo Vitalino da Silva

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas*

## Bahia

Aluisio Carneiro

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia*

Gonçalo Santos de Melo

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Destilação e Refinação de Petróleo da Bahia*

José Gomes Novaes

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista*

Lázaro Bilac de Souza

*Sindicato dos Eletricitários da Bahia*

## Brasília

Armando Rolemberg

*Federação Nacional dos Jornalistas*

José Francisco da Silva

*Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*

## Ceará

João Mendes Maia

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morada Nova*

Raimundo Guerreiro

*Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza*

## Espírito Santo

Antônio Ângelo Moschen

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina*

Vitor Buaiç

*Sindicato dos Médicos do Espírito Santo*

## Goiás

Nelson de Assis Telles

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista de Goiás*

## Maranhão

Jacó Alves de Souza

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poção de Pedras*

## Mato Grosso

Edvaldo José da Silva

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso*

## Mato Grosso do Sul

Antônio Benjamin F. Costa

*Associação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado do Mato Grosso do Sul*

Pedro Ramalho

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul*

## Minas Gerais

André Montalvão da Silva

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais*

Guilherme Tell F. Gomes

*Sindicato dos Professores de Minas Gerais*

João Paulo Pires de Vasconcelos

*Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade*

João Soares da Silveira

*Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem*

Tilden José Santiago

*Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais*

## Pará

Avelino Ganzer

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém*

Venize Rodrigues

*Associação dos Professores do Pará*

## Paraíba

Álvaro Diniz

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba*

## Paraná

Agustinho Bukowski

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná*

Antonio P. de Santana

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Curitiba*

## Pernambuco

Edvaldo Gomes de Souza

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Pernambuco*

---

\*A Comissão Nacional Pró-CUT funcionou como organismo unificado do movimento sindical brasileiro em dois períodos distintos. O primeiro período foi de 23 de agosto de 1981 a 28 de agosto de 1982. A partir desta última data os sindicalistas vinculados ao Novo Sindicalismo consideraram seus mandatos extintos. O segundo período foi de 28 de novembro de 1982 a 11 de agosto de 1983. Na primeira data houve a recomposição da Comissão Nacional Pró-CUT e na segunda data ocorreu a sua última reunião unificada. A partir de 11 agosto de 1983, os dois blocos em que estava dividido o sindicalismo brasileiro seguiram rumos distintos.

**José Alves de Siqueira**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco*  
**José Rodrigues da Silva**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco*

**Piauí**  
**Osmar Antônio de Araújo**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí*

**Rio de Janeiro**  
**Eraldo Lírio de Azeredo**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro*  
**Ivan Pinheiro**  
*Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro*  
**João Carlos de Araújo Santos**  
*Sindicato dos Petroquímicos de Duque de Caxias*  
**Jorge Bittar**  
*Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro*  
**Oswaldo Pimentel**  
*Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro*  
**Roberto Chabo**  
*Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro*

**Rio Grande do Norte**  
**Horácio Paiva Oliveira**  
*Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte*

**Rio Grande do Sul**  
**João Paulo Marques**  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre*  
**Lauro Hagemann**  
*Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre*  
**Olívio Dutra**  
*Sindicato dos Bancários de Porto Alegre*  
**Orgênio Rott**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul*  
**Ricardo Baldino e Souza**  
*Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Porto Alegre*  
**Walter José Irber**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela*

**Santa Catarina**  
**Francisco Alano**  
*Federação dos Trabalhadores no Comércio de Santa Catarina*  
**Norberto Kartmann**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina*

**São Paulo**  
**Arnaldo Gonçalves**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de Santos*  
**Clara Levin Ant**  
*Sindicato dos Arquitetos de São Paulo*  
**Edson Barbeiro Campos**  
*Sindicato dos Bancários de São Paulo*  
**Hugo Perez**  
*Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo*  
**Jacó Bittar**  
*Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia*  
**Luiz Inácio da Silva (Lula)**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema*

**Raimundo Rosa de Lima**  
*Sindicato dos Trabalhadores em Panificação de São Paulo*  
**Roberto Toshio Horiguti**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo*

**Sergipe**  
**Manoel Júlio de Santana**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe*

## **Comissão Executiva**

**Membros efetivos**  
**Agustinho Bukowski**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná*  
**André Montalvão da Silva**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais*  
**Antônio Angelo Moschen**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina*  
**Armando Rolemberg**  
*Federação Nacional dos Jornalistas*  
**Arnaldo Gonçalves**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de Santos*  
**Edvaldo Gomes de Souza**  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Pernambuco*  
**Eraldo Lírio de Azeredo**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro*  
**Francisco Alano**  
*Federação dos Trabalhadores no Comércio de Santa Catarina*  
**Guilherme Tell F. Gomes**  
*Sindicato dos Professores de Minas Gerais*  
**Hugo Perez**  
*Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo*  
**Ivan Pinheiro**  
*Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro*  
**Jacó Bittar**  
*Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia*  
**João Carlos de Araújo Santos**  
*Sindicato dos Petroquímicos de Duque de Caxias*  
**João Paulo Pires de Vasconcelos**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade*  
**Jorge Bittar**  
*Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro*  
**José Francisco da Silva**  
*Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*  
**Lauro Hagemann**  
*Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre*  
**Lázaro Bilac de Souza**  
*Sindicato dos Eletricistas da Bahia*  
**Luiz Inácio da Silva (Lula)**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema*  
**Olívio Dutra**  
*Sindicato dos Bancários de Porto Alegre*  
**Orgênio Rott**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul*  
**Raimundo Guerreiro**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza*

**Roberto Toshio Horiguti**

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo*

**Membros suplentes**

**João Paulo Marques**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre*

**João Soares da Silveira**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem*

**José Rodrigues da Silva**

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco*

**Norberto Kartmann**

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina*

**Oswaldo Pimentel**

*Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro*

**Raimundo Rosa de Lima**

*Sindicato dos Trabalhadores em Panificação de São Paulo*



# Comissão Nacional Pró-CUT\*

28 de novembro de 1982 a 11 de agosto de 1983

## Acre

Membros efetivos  
João Santana da Costa Campos  
Ozeias Mariano de Campos  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil do Acre*

Membros suplentes  
José Saraiva Freitas  
Valdomiro Andrade dos Santos

## Alagoas

Membros efetivos  
Francisco de Souza Silva  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Atalaia*  
Sérgio Barroso  
*Sindicato dos Médicos de Alagoas*

Membros suplentes  
José Cícero de Lima  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa*  
Pedro Luiz da Silva  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas*

## Bahia

Membros efetivos  
Aluisio Carneiro  
*Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia*  
Marcos Vasconcelos  
*Sindicato dos Eletricistas da Bahia*  
Nilson Bahia  
*Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas do Estado da Bahia*  
Oswaldo Laranjeira  
*Sindicato dos Bancários da Bahia*

Membros suplentes  
Franklin Oliveira Junior  
*Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia*  
Gonçalo Santos de Melo  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Destilação e Refinação de Petróleo da Bahia*  
José Ivan Pugliese  
*Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas do Estado da Bahia*

## Brasília

Membros efetivos  
Armando Rolemberg  
*Federação Nacional dos Jornalistas*

## José Francisco da Silva

*Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*  
José Neves Filho  
*Sindicato dos Comerciantes de Brasília*  
Luís Pinguelli Rosa\*\*  
*Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Andes*

Membros suplentes  
Augusto Silveira  
*Sindicato dos Bancários de Brasília*  
José Libério Pimentel  
*Sindicato dos Comerciantes de Brasília*

## Ceará

Membros efetivos  
João Felismino de Souza  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará*  
Maria Natividade Pinho B. Rocha  
*Sindicato dos Bancários do Ceará*

Membros suplentes  
Eurico Francisco de Souza  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará*  
Raimundo Guerreiro  
*Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza*

## Espírito Santo

Membros efetivos  
Antônio Angelo Moschen  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina*  
Waldemar Almeida Lírio  
*Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil de Vitória*

Membros suplentes  
Elizardo Wasquéz  
*Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo*  
Valdomiro Broedel  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Linhares*

## Goiás

Membros efetivos  
Ana Lúcia da Silva  
*Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás*  
Antônio Alonso da Silva  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista de Goiás*

\* Os representantes dos Estados do Acre, Alagoas, Maranhão e Pará assumiram o cargo em 6 de março de 1983.

\*\* O representante da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Andes assumiu o cargo em 10 de abril de 1983.

**Membros suplentes**  
**Osmar de Lima Magalhães**  
*Centro dos Professores de Goiás*  
**Otacílio Alves Teixeira**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres*

**Maranhão**  
**Membros efetivos**  
**Jacó Alves de Souza**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poção de Pedras*  
**Vitório Serra Aguiar**  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de São Luis*

**Membros suplentes**  
**José Raimundo da Silva (Nonatinho)**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia*  
**Raimundo de França Dutra**  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de Caxias*

**Mato Grosso**  
**Membro efetivo**  
**Edvaldo José da Silva**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso*

**Membro suplente**  
**Bernardino de Almeida Lara**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guiratinga*

**Mato Grosso do Sul**  
**Membros efetivos**  
**Antonio Benjamin F. Costa**  
*Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica do Mato Grosso do Sul*  
**Pedro Ramalho**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul*

**Membros suplentes**  
**Almo Antônio Bach**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mundo Novo*  
**Euclides Bezerra dos Santos**  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de Campo Grande*

**Minas Gerais**  
**Membros efetivos**  
**André Montalvão da Silva**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais*  
**Antônio Moreira de Carvalho Neto**  
*Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais*  
**Célio de Castro**  
*Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte*  
**João Paulo Pires de Vasconcelos**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade*  
**João Soares da Silveira**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem*

**Membros suplentes**  
**Antônio Laia**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais*  
**Ildeu Balbino**  
*Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais*

**Jairo de Souza**  
*Federação dos Bancários de Minas Gerais*  
**Luiz Fernando Maia**  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Destilação e Refinação de Petróleo no Estado de Minas Gerais*  
**Tilden José Santiago**  
*Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais*

**Pará**  
**Membros efetivos**  
**Francisco Teixeira do Amaral**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curuçá*  
**Manoel Neves**  
*Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários do Pará*

**Membros suplentes**  
**Jair Holanda**  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de Belém*  
**José Oscar Peixoto**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito*

**Paraíba**  
**Membros efetivos**  
**Alvaro Diniz**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba*  
**Netovitch Maia Duarte**  
*Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado da Paraíba*

**Membros suplentes**  
**Abval Vilar Dantas**  
*Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado da Paraíba*  
**Valdemar Freire da Silva**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé*

**Pernambuco**  
**Membros efetivos**  
**Edvaldo Gomes de Souza**  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco*  
**José Alves de Siqueira**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco*  
**José Rodrigues da Silva**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco*  
**Membros suplentes**  
**José Paulo de Assis**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso*  
**Manoel Jerônimo Neto**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igaraci*

**Piauí**  
**Membro efetivo**  
**Osmar Antônio de Araújo**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí*

**Membro suplente**  
**Henrique Gomes Vilanova**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí*

**Rio de Janeiro**  
**Membros efetivos**  
**Abdias José dos Santos**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói*



## **Eraldo Lírio de Azeredo**

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado*

*do Rio de Janeiro*

**Ivan Pinheiro**

*Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro*

**Jorge Bittar**

*Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro*

**Nery Onofre Rodrigues**

*Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro*

**Roberto Chabo**

*Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro*

## **Membros suplentes**

**Geraldo Cândido da Silva**

*Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro*

**Isabel Picaluga**

*Associação dos Sociólogos do Rio de Janeiro*

**Ivone Rota**

*União Nacional dos Servidores Públicos*

**João Gomes**

*Sindicato dos Vidreiros do Rio de Janeiro*

**Oswaldo Pimentel**

*Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro*

**João dos Santos Nogueira Junior**

*Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro*

## **Rio Grande do Norte**

**Membros efetivos**

**Horácio Paiva Oliveira**

*Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte*

**José Francisco da Silva**

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado*

*do Rio Grande do Norte e Confederação Nacional dos*

*Trabalhadores na Agricultura*

## **Membros suplentes**

**Dalcy da Silva Cruz**

*Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio*

*Grande do Norte*

**Manoel Pereira da Silva**

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado*

*do Rio Grande do Norte*

## **Rio Grande do Sul**

**Membros efetivos**

**Agenor Castoldi**

*Sindicato dos Administradores Escolares de Ijuí*

**Dauro Brandão de Melo**

*Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul*

**João Machado Mendes**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Novo Hamburgo*

**Julieta Balestro**

*Centro dos Professores do Rio Grande do Sul*

**Orgênio Rott** (Ingressou em 6 de março de 1983)

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado*

*do Rio Grande do Sul*

**Paulo Renato Paim**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas*

## **Membros suplentes**

**Adão Haister**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre*

**João Paulo Marques**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário*

*de Porto Alegre*

**Mário Gabardo** (Ingressou em 6 de março de 1983)

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves*

## **Mário José Provensi**

*Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimen-*

*tação do Rio Grande do Sul*

**Mauro Costa**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Destila-*

*ção e Refinação de Petróleo de Porto Alegre, Canoas e*

*Osório.*

**Valdomiro Orso**

*Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio Grande*

*do Sul*

## **Santa Catarina**

**Membros efetivos**

**Euclides Canali**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador*

**Francisco Alano**

*Federação dos Trabalhadores no Comércio de Santa Ca-*

*tarina*

## **Membros suplentes**

**Ademir Klein**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma*

**Moisés Pollak**

*Sindicato dos Economistas de Santa Catarina*

## **São Paulo**

**Membros efetivos**

**Arnaldo Gonçalves**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Santos*

**Clara Levin Ant**

*Sindicato dos Arquitetos de São Paulo*

**Gilmar Carneiro dos Santos**

*Sindicato dos Bancários de São Paulo*

**Jair Meneguelli**

*Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo*

*e Diadema*

**Jamil Murad**

*Sindicato dos Médicos de São Paulo*

**Paulo Otávio Azevedo Junior**

*Sindicato dos Metroviários de São Paulo*

**Raimundo Rosa de Lima**

*Sindicato dos Trabalhadores em Panificação de São*

*Paulo*

**Membros suplentes**

**Agenor Narciso**

*Sindicato dos Químicos do ABC*

**Ary Russo**

*Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos*

**Ginaldo Santos da Rocha**

*Sindicato dos Gráficos de Santos e São Vicente*

**Gumercindo Milhomen Neto**

*Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado*

*de São Paulo*

**Maria de Lourdes S. Fernandes (Lu)**

*Sindicato dos Jornalistas de São Paulo*

**Miguel**

*Sindicato dos Químicos de São Paulo*

**Paulo Acácio**

*Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia*

**Waldir Carlos Ferreira**

*Sindicato dos Vidreiros de São Paulo*

## **Sergipe**

**Membros efetivos**

**João Roberto Martins Bezerra**

*Sindipetro Sergipe*

**Manoel Júlio de Santana**

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado*

*de Sergipe*

**Membros suplentes**

**Armando Alexandre Bispo**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Umbaúba*

**Gilvan Manoel de Jesus**

*Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Aracaju*

**Executiva da Comissão Nacional Pró-CUT**

**Abdias José dos Santos**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói*

**André Montalvão da Silva**

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais*

**Armando Rolemberg**

*Federação Nacional dos Jornalistas*

**Arnaldo Gonçalves**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Santos*

**Célio de Castro**

*Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte*

**Clara Levin Ant**

*Sindicato dos Arquitetos de São Paulo*

**Eraldo Lírio de Azeredo**

*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro*

**Gilmar Carneiro dos Santos**

*Sindicato dos Bancários de São Paulo*

**Ivan Pinheiro**

*Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro*

**Jair Meneguelli**

*Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema*

**Jamil Murad**

*Sindicato dos Médicos de São Paulo*

**Jorge Bittar**

*Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro*

**José Francisco da Silva**

*Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*

**Julieta Balestro**

*Centro dos Professores do Rio Grande do Sul*

**Maria Natividade Pinho B. Rocha**

*Sindicato dos Bancários do Ceará*

**Nery Onofre Rodrigues**

*Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro*

**Nilson Bahia**

*Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas do Estado da Bahia*

**Paulo Otávio Azevedo Junior**

*Sindicato dos Metroviários de São Paulo*

**Paulo Renato Paim**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas*

**Raimundo Rosa de Lima**

*Sindicato dos Trabalhadores em Panificação de São Paulo*

**Roberto Chabo**

*Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro*

# Central Única dos Trabalhadores

28 de agosto de 1983

## Coordenação

**Jair Meneguelli** – Coordenador

*Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema*

**Paulo Renato Paim** - Secretário

*Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas*

**Abdias José dos Santos**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói*

**Avelino Ganzer**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém*

**Jacó Bittar**

*Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia*

**João Paulo Pires de Vasconcelos**

*Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade*

**José Gomes Novaes**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista*

## Demais membros da Executiva Nacional

**Antônio Pereira Filho**

*Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro*

**Ary Russo**

*Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos*

**Dauri José Tamanhão**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gabriel da Palha*

**Gilmar Carneiro dos Santos**

*Sindicato dos Bancários de São Paulo*

**José Alves de Siqueira**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco*

**Julieta Balestro**

*Centro dos Professores do Rio Grande do Sul*

**Lázaro Bilac de Souza**

*Sindicato dos Eletricistas da Bahia*

**Nelson de Assis Telles**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista de Goiás*

## Direção Nacional

### Acre

Membro efetivo

**Francisco Mendes Filho (Chico Mendes)**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri*

Membro suplente

**Marcos Fábio Freire Montysuma**

*Associação dos Professores do Acre*

### Alagoas

Membros efetivos

**José Adelmo dos Santos**

*Sindicato dos Radialistas de Alagoas*

**Pedro Luiz da Silva**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas*

### Amapá

Membro efetivo

**Pedro Ramos de Souza**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macapá*

Membro suplente

**Odair Costa Tolosa**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macapá*

### Amazonas

Membros efetivos

**Adonay Farias Sabá**

*Associação Profissional dos Professores do Amazonas*

**Francisco do Nascimento Nogueira**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Careiro e Manaus*

Membros suplentes

**Jaques Manoel Sales de Castro**

*Sindicato dos Comerciantes do Estado do Amazonas*

**Jurandir Nunes de Lima**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coari*

### Bahia

Membros efetivos

**Benjamin José Ferreira Souza**

*Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia*

**José Gomes Novaes**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista*

**Lázaro Bilac de Souza**

*Sindicato dos Eletricistas da Bahia*

**Nilson Bahia**

*Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas do Estado da Bahia*

Membros suplentes

**Franklin Oliveira Junior**

*Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia*

**Germínio Borges dos Anjos**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Destilação e Refinação de Petróleo da Bahia*

**Jaques Wagner**

*Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas do Estado da Bahia*

**Oswaldo Laranjeira**

*Sindicato dos Bancários da Bahia*

### Ceará

Membros efetivos

**Dilmar Santos de Miranda**

*Associação dos Sociólogos do Estado do Ceará*

**João Ventura dos Santos**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá*

**Membros suplentes**  
**Antônio Rodrigues de Amorim**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá*  
**Maria Cleide Carlos Bernal**  
*Sindicato dos Bancários do Ceará*

**Distrito Federal**  
**Membros efetivos**  
**Francisco Domingos dos Santos**  
*Associação dos Vigilantes do Distrito Federal*  
**Jacques de Oliveira Pena**  
*Sindicato dos Bancários de Brasília*  
**Maria Laura Sales Pinheiro**  
*Federação dos Servidores Públicos do Distrito Federal*

**Membros suplentes**  
**Francisco Chagas Machado Filho**  
*Associação dos Economistas do Distrito Federal*  
**Neusa Maria Rodrigues**  
*Sindicato dos Professores do Distrito Federal*  
**Wanderlei Antonio Pignati**  
*Sindicato dos Médicos do Distrito Federal*

**Espírito Santo**  
**Membros efetivos**  
**Benedito da Silva**  
*Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Vitória*  
**Dauri José Tamanhão**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gabriel da Palha*  
**Standart Silva**  
*Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo*

**Membros suplentes**  
**Antônio Ângelo Moschen**  
*Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo*  
**Oswaldo Hille**  
*Sindicato dos Comerciantes do Espírito Santo*  
**Valdomiro Broedel**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Linhares*

**Goiás**  
**Membros efetivos**  
**Ana Lúcia da Silva**  
*Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás*  
**Delúbio Soares de Castro**  
*Centro dos Professores de Goiás*  
**Nelson de Assis Telles**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista de Goiás*

**Membros suplentes**  
**César Rubens de Figueiredo**  
*Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás*  
**Ironives Pereira de Souza**  
*Associação Profissional de Assistentes Sociais de Goiás*  
**Otacílio Alves Teixeira**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres*

**Maranhão**  
**Membros efetivos**  
**Iriomar José Ramos de Souza**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias*  
**Raimundo de França Dutra**  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Caxias*

**Membros suplentes**  
**Antônio Cardoso**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Raimundo das Mangabeiras*  
**Raimundo Monteiro dos Santos**  
*Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário do Estado do Maranhão*

**Mato Grosso**  
**Membros efetivos**  
**Antonio Tavares da Silva**  
*Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Cuiabá*  
**Aparício Valeriano de Siqueira**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantino*

**Minas Gerais**  
**Membros efetivos**  
**Fernando Viana Cabral**  
*União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais*  
**João Mendes da Silva**  
*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Destilação e Refinação de Petróleo no Estado de Minas Gerais*  
**João Paulo Pires de Vasconcelos**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade*  
**Joaquim Pereira da Silva Neto**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poté*  
**Learce Antônio Glória**  
*Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Celulose de Belo Oriente*  
**Maria Aparecida Rodrigues de Miranda**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unai*

**Membros suplentes**  
**Almir Figueiredo Murta**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano*  
**Carlos Alberto Menezes Calazans**  
*Sindicato dos Marcenetos de Belo Horizonte*  
**José Ignácio Damasceno**  
*Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Ipatinga*  
**José Onofre de Souza**  
*Sindicato dos Metalúrgicos de Betim*  
**Roberto Vieira de Carvalho**  
*Associação dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais*  
**Sebastião Santos Sobrinho**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros*

**Pará**  
**Membros efetivos**  
**Avelino Ganzer**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém*  
**Lucivaldo da Silva Ribeiro**  
*Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Belém*  
**Paulo Roberto Galvão da Rocha**  
*Sindicato dos Gráficos de Belém*

**Membros suplentes**  
**Atanagildo de Deus Matos**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará*  
**Glória Campos**  
*Sindicato dos Bancários de Belém*  
**Manoel Maria Barradas da Silva**  
*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu*

## **Paraíba**

**Membros efetivos**

**José Alves da Silva**

*Associação dos Funcionários do Magistério Público do Estado da Paraíba*

**Luís Silva**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro*

**Membros suplentes**

**José Martins da Cruz**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serraria*

**Raimundo Arantes Magalhães**

*Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de João Pessoa*

## **Paraná**

**Membros efetivos**

**Geraldo Mendonça de Oliveira**

*Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Refinação, Destilação e Exploração de Petróleo no Estado do Paraná*

**Mauro Goulart**

*Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná*

**Pedro Tonelli**

*Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais de Capa-nema*

**Membros suplentes**

**Casemiro Zuffo**

*Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de Francisco Beltrão*

**João Paulo Santos Oliveira**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tapira*

**Sérgio Faria**

*Associação dos Funcionários do Magistério Municipal de Curitiba*

## **Pernambuco**

**Membros efetivos**

**Israel César de Melo**

*Associação dos Profissionais Vigilantes de Pernambuco*

**José Alves de Siqueira**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco*

**Raimundo Ananias**

*Sindicato dos Securitários de Pernambuco*

**Vera Lúcia Ferreira Gomes**

*Sindicato dos Professores de Pernambuco*

**Membros suplentes**

**Cícero Geraldo Lisboa**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco*

**Francisco Caetano Silva**

*Sindicato dos Tecelões de Escada e Ribeirão*

**Paulo Rubem Santiago**

*Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco*

**Rejane Medeiros**

*Associação dos Psicólogos de Pernambuco*

## **Piauí**

**Membros efetivos**

**Antonio José Castelo Branco Medeiros**

*Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí*

**João Batista da Costa**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barras*

**Membros suplentes**

**Luíz José Ribamar Osório Lopes**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Maior*

**Roberto John Gonçalves da Silva**

*Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí*

## **Rio de Janeiro**

**Membros efetivos**

**Abdias José dos Santos**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói*

**Alcyr Soares**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parati*

**Antônio Pereira Filho**

*Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro*

**Geraldo Cândido da Silva**

*Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro*

**Isabel Picaluga**

*Associação dos Sociólogos do Rio de Janeiro*

**Jorge Bittar**

*Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro*

**José Juarez Antunes**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda*

**Walter Vieira Mendes Junior**

*Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro*

**Membros suplentes**

**Anazir Maria de Oliveira**

*Associação das Profissionais Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro*

**Antônio Carlos de Andrade**

*União Nacional dos Servidores Públicos*

**Antonio Luciano Fuzêr**

*Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro*

**Ernesto Braga Salgado de Andrade**

*Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Volta Redonda*

**Jorge da Rocha Gonçalves**

*Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro*

**Maurício Laurindo da Silva**

*Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Niterói*

**Moshélio José Carneiro Alves**

*Associação dos Servidores da Universidade Federal Fluminense*

**Roosevelt Rui dos Santos**

*Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro*

## **Rio Grande do Norte**

**Membros efetivos**

**Brasília Carlos Ferreira**

*Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

**Francisco Ferreira da Silva**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedra Grande*

**Membros suplentes**

**Damião da Silva**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio*

**Eliezel Barbosa da Silva**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montanhas*

## **Rio Grande do Sul**

**Membros efetivos**

**João Paulo Marques**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre*

**Julietta Balestro**

*Centro dos Professores do Rio Grande do Sul*

**Mário Gabardo**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves*

**Olívio Dutra**

*Sindicato dos Bancários de Porto Alegre*

**Paulo Renato Paim**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas*

**Remi A. Baldasso**

*Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre*

**Membros suplentes****João Machado Mendes**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Novo Hamburgo*

**José Alberto Reus Fortunatti**

*Sindicato dos Bancários de Porto Alegre*

**Léo Piovesan**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira das Missões*

**Oswaldo Oliveira**

*Sindicato dos Motoristas*

**Robertina Silva Cardoso**

*Sindicato dos Assistentes Sociais de Porto Alegre*

**Saul Barbosa**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ronda Alta*

**Rondônia****Membro efetivo****Agmar de Souza Gomes**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Preto do Oeste*

**Membro suplente****Pedro Pereira da Silva**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ji-Paraná*

**Santa Catarina****Membros efetivos****Moisés Pollak**

*Sindicato dos Economistas de Santa Catarina*

**Vitório Sitherenn**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxambu do Sul*

**Membros suplentes****Ivo Sanni**

*Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem de Brusque*

**Jorge Lorenzetti**

*Associação Brasileira de Enfermagem em Santa Catarina*

**São Paulo****Membros efetivos****Agenor Narciso**

*Sindicato dos Químicos do ABC*

**Ary Russo**

*Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos*

**Clara Levin Ant**

*Sindicato dos Arquitetos de São Paulo*

**Fábio Cândido da Silva**

*Sindicato dos Sapateiros de Franca*

**Gilmar Carneiro dos Santos**

*Sindicato dos Bancários de São Paulo*

**Ginaldo Santos da Rocha**

*Sindicato dos Gráficos de Santos e São Vicente*

**Jacó Bittar**

*Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia*

**Jair Meneguelli**

*Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema*

**Miguel Rupp**

*Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André*

**Paulo Otávio Azevedo Junior**

*Sindicato dos Metroviários de São Paulo*

**Membros suplentes****Arlindo Chinaglia Junior**

*Sindicato dos Médicos de São Paulo*

**Josias Adão**

*Sindicato dos Motoristas do ABC*

**Luiz Antônio Correa**

*Sindicato dos Marceneiros de Ribeirão Preto*

**Sergipe****Membros efetivos****Antônio José de Góis**

*Sindicato dos Bancários do Estado de Sergipe*

**Manoel Dionísio da Cruz**

*Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poço Redondo*

**Membros suplentes****José Costa Almeida**

*Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe*

**Sílvia Virgínia Andrade Leite Zappa**

*Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Aracaju*

**Federações e entidades nacionais****Membro efetivo****Clóvis Ilgenfritz da Silva**

*Federação Nacional dos Arquitetos*

**Membro suplente****Alfredo Paesani**

*Federação Nacional dos Arquitetos*

**Observações**

Não foram eleitos:

2 efetivos e 2 suplentes de Mato Grosso do Sul;

1 efetivo e 1 suplente do Acre;

3 efetivos e 3 suplentes das Federações e entidades nacionais; e 17 suplentes de vários Estados.





EDITORA TUP

1997

[Faint, illegible text from the reverse side of the page, appearing as bleed-through.]

Formato: 15,7 x 23 cm

Tipologia: Caxton Bk BT, ITC Officina Sans

Papel: Off-set 75g/m<sup>2</sup> (miolo), cartão supremo 250 g/m<sup>2</sup> (capa)

Tiragem: 6.000 exemplares

Impressão: Gráfica e Editora Matsunaga

Av. Atlântica, 883 - Bairro Valparaíso - Santo André - SP - 09060-001

Agosto 2007





Realização



Apoio AFL - CIO



ISBN 978-85-89210-14-0

